Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e vinte minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, Pedro Paulo Bicalho (CFP) iniciou a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças – Apaf. A Mesa Diretora foi composta por Pedro Paulo Bicalho (CFP), Cláudia Natividade (CRP-04/MG) e Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC). A Mesa Diretora lembrou que os trabalhos serão iniciados pelo ponto 'Carteira de Identidade Profissional – CIP – Convênio com Ministério dos Direitos Humanos', conforme combinado no sábado. Em seguida, será retomada a Mesa e as delegações do dia anterior para continuidade do ponto 3.9 GT de Assuntos Financeiros. Passou-se à conferência das delegações: CRP-01/DF: Leovane Gregorio, Vitor Barros Rego. CRP-02/PE: Marcos Mucarbel Junior, José Hermes De Azevedo Júnior. CRP-03/BA: Valter Da Mata Filho, José Costa Dos Santos. CRP-04/MG: Cláudia Natividade, Dalcira Pereira Ferrão. CRP-05/RJ: Diva Lúcia Gautério Conde, Roseli Goffman, Thiago Benedito Livramento Melício. CRP-06/SP: Aristeu Bertelli Da Silva, Rodrigo Toledo, Magna Barboza Damasceno. CRP-07/RS: Fernanda Facchin Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto Rodrigues, Michele Pens. CRP-08/PR: João Baptista Fortes De Oliveira, Carolina De Souza Walger De Almeida, Semiramis Maria Amorim Vedevatto. CRP-09/GO: Ionara Vieira Moura Rabelo, Mayk Diego Gomes Da Glória Machado. CRP-10/PA/AP: Luiz Romano da Motta Araujo Neto, Carla Isadora Barbosa Canto. CRP-11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho. CRP-12/SC: Jaira Terezinha Da Silva Rodrigues, Ematuir Teles de Sousa, Helena Berton Eidt. CRP-13/PB: Iva Izabel Cavalcanti da Silva Barros, Lucílvio Eleutério da Silva. CRP-14/MS: Irma Macario, Glace do Carmo Freitas Siqueira, Glace do Carmo. CRP-15/AL: Ausente no momento. CRP-16/ES: Sharla Provietti Bitencourt, Diemerson Saquetto. CRP-17/RN: Cintia Regina Gallo. CRP-18/MT: Morgana Moreira Moura. CRP-19/SE: Alan Santana Santos. CRP-20/ AM/AC/RR/RO: Gibson Alves dos Santos, Clorijava de Oliveira Santiago Junior. CRP-21/PI: José Augusto Santos Ribeiro. CRP-22/MA: Ausente no momento. CRP-23/TO: Muriel Corrêa Neves Rodrigues. CFP: Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Pedro Paulo Bicalho. **4. CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL – CIP – CONVÊNIO COM MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS:** Pedro Paulo Bicalho (CFP) explicou que o ponto será gravado, mas não será transmitido por questões de sigilo. Ele lembrou que a Apaf deve deliberar por uma carteira de identidade profissional temporária e

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

sigilosa, pois em dezembro de 2016 (dois mil e dezesseis), o CFP recebeu ofício da Secretaria Especial de Direitos Humanos com essa solicitação, para psicólogos que atuam na assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas. Informou que na época dois membros do programa vieram até a Apaf e explicaram as dificuldades que comprometem o desempenho dos profissionais de Psicologia nesse contexto. O assunto foi discutido e houve uma série de encaminhamentos. Na ocasião, não foi constituído um Grupo de Trabalho, mas foi combinado que o CFP faria uma série de articulações. Pedro Paulo Bicalho (CFP) leu os encaminhamentos combinados na Apaf anterior sobre o assunto: "Constituição de GT para acompanhamento do tema juntamente com o Ministério da Justiça, objetivando: criação de desenho da CIP; utilização da carteira profissional com a omissão e/ou emissão de dados diferenciados, a fim de preservar a identidade do profissional; articulação com os demais programas de proteção e outros conselhos profissionais para construir modelo de proteção único com definição de fluxos para emissão de CIP, permanência da CIP e transição ou mudança da CIP quando do desligamento da (o) profissional; convênio com as instituições; articulação prioritariamente com o Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); ponderar legalidade junto ao Poder Judiciário e outros desdobramentos/implicações (estagiários, coordenadores técnicos e supervisores dos serviços-escolas dos cursos de Psicologia); outras demandas identificadas pelo GT; viabilizar a utilização de nomes fictícios quando a(o) psicóloga(o) estiver em juízo; buscar experiências internacionais de programas de proteção; criação de cadastro único pelo CFP para os profissionais que trabalham com os programas de proteção. Envio de ofício do CFP para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para elaboração de normativa que regulamente a proteção a todas(os) as(os) profissionais do programa de proteção à testemunha. Delegar ao CFP a constituição do GT para que coordene os trabalhos e, posteriormente, acione os CRPs de acordo com as demandas e atividades do GT." Em seguida, Pedro Paulo Bicalho (CFP) apresentou a proposta de um acordo de cooperação entre CFP e Ministério da Cidadania e Direitos Humanos para cumprir os encaminhamentos colocados. Afirmou que caso a Apaf aprove esse acordo, o CFP será a primeira instituição brasileira a tomar essa iniciativa. Citou a base legal para subsidiar a tomada de decisão: Lei 9.807/1999 (nove mil oitocentos e sete de mil novecentos e noventa e nove), Decreto 3.518/2000 (três mil quinhentos e dezoito de dois mil), leis estaduais de proteção, Constituição Brasileira, Código Penal e Código de Processo

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

Penal. Mencionou também a diretriz 15 (quinze) do eixo IV do Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (três) – PNDH 3. Pedro Paulo Bicalho (CFP) explicou que a proposta de acordo de cooperação neste momento se dará com o Provita (Programa de apoio e proteção a testemunhas, vítimas e familiares de vítimas da violência), mas no futuro poderá beneficiar também ouros programas. Foi esclarecido que a proposta do acordo de cooperação foi escrita após vários encontros do CFP com o Ministério de Direitos Humanos, de modo que cabe ao CFP toda a execução do programa. No entanto, considerando que o CFP não possui um número para as carteiras, se levantou a possibilidade de contar com um Conselho Regional para retirar uma série numérica de sua sequência. Chegou-se à conclusão de que seria melhor trabalhar com o CRP que possui o maior número de inscritos, São Paulo. Junto com essa medida, foi necessária a produção de uma minuta de resolução sobre o sigilo das informações, o que se relaciona com o Portal da Transparência e com a Ouvidoria. Abertas as inscrições, Morgana Moreira Moura (CRP-18/MT) pediu mais esclarecimentos sobre a escolha do CRP. Também perguntou como ficaria o pagamento das anuidades desses profissionais e a fiscalização do trabalho deles. Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP) explicou que o CRP recebeu essa proposta porque existem alguns pontos da ordem de solução imediata, mas as questões administrativas não devem atravancar isso. Informou que em São Paulo o Provita funciona muito bem, há diálogo com a Secretaria de Justiça e de Defesa da Cidadania e há também contato com colegas que atuam no PPCAM (Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte). Informou que o PPCAM está sendo desmontado, havendo apenas dois profissionais para o estado inteiro. Afirmou que o Provita segue, mas vem sendo atacado. Assim, o CRP-SP concorda em fazer algo para apoiar o trabalho de colegas pelo Brasil. Explicou que há questões simples a organizar, mas as equipes dos programas não chegam a um grande número, então será possível corrigir a transferência de verba, desde que seja bem pactuado junto com o CFP e com o Ministério da Justiça, pois o primordial é a proteção dos profissionais. Mariane Teixeira Netto Rodrigues (CR-07/RS) parabenizou pela iniciativa, mas informou ter preocupação com a carteira para que não tenha aparência de falsa. Perguntou se não seria melhor descentralizar o trabalho, de modo que cada profissional possa ter a carteira emitida pelo CRP do próprio estado, ficando todo o controle no CFP, para que avance em todo o Sistema Conselhos de Psicologia. Carolina de Souza Walger de Almeida (CRP-08/PR) perguntou se existe algum problema para produzir um acordo que valha para todos os profissionais que atuam com sigilo. Antes

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

de responder as questões colocadas. Pedro Paulo Bicalho consultou a Apaf para incluir as delegações que chegaram após a conferência. Após autorização, foram registradas as presenças de: CRP-01/DF: Leovane Gregorio. CRP-02/PE: Marcos Mucarbel Junior, José Hermes de Azevedo Júnior. CRP-03/BA Alessandra Santos de Almeida, José Costa dos Santos. CRP-04/MG: Cláudia Natividade, Dalcira Pereira Ferrão, Vilene Eulálio de Magalhães. CRP-09/GO: Ionara Vieira Moura Rabelo, Mayk Diego Gomes da Glória Machado. CRP-21/PI: José Augusto Santos Ribeiro, Danilo Camuri Texeira Lopes. Pedro Paulo Bicalho (CFP) explicou que os psicólogos já fazem parte do Sistema Conselhos de Psicologia e já pagam anuidade, assim, o custo extra será apenas para a emissão da carteira (que será de responsabilidade do Provita). Sobre a centralização das atividades, explicou que ela se dá apenas para auxiliar em termos operacionais, uma vez que é o início dos trabalhos. Afirmou que futuramente é possível avançar para outros formatos, se for o caso. Fernando Antônio dos Santos Matos, da Assessoria Jurídica do CFP, foi convidado à mesa, uma vez que já atuou no Provita. Aberto novo bloco de inscrições, Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP-09/GO) parabenizou pela construção do acordo, mas lembrou que na Apaf anterior se falou que a lei trata de uma rede, mas não garante nenhuma proteção aos trabalhadores. Pediu para rever o decreto e formalizar isso. E concluiu que há outros programas que devem estar em maior vulnerabilidade que o Provita. Michele Pens (CRP-07/RS) perguntou se o nome protegido da carteira vai constar também nos autos dos processos. Alan Santana Santos (CRP-19/SE) afirmou que ao se emitir uma carteira no formato de inscrição principal, não será possível identificar o estado em que o psicólogo está atuando. Perguntou se não poderia ter a inscrição secundária no estado em que o profissional está atuando de fato, de forma que a principal seria de São Paulo. Fernando Antônio dos Santos Matos (equipe técnica do CFP) afirmou que esse dia é histórico para as testemunhas ameaçadas, não apenas para profissionais de Psicologia, mas também para as pessoas que estão em risco para contribuir com a justiça. Sobre os autos, explicou que a carteira é exatamente para isso, para que o profissional possa se identificar em audiências, em embarques. A carteira não será utilizada para abertura de contas em banco ou coisas do gênero, será utilizada apenas para o momento da audiência. Informou que inicialmente a ideia é fazer como foi exposto, para avaliar, mas posteriormente é possível verificar a possibilidade de ter a inscrição secundária no estado em que o profissional está atuando. Explicou que é uma questão evolutiva, que se inicia com poucos casos, mas viabilizará mais avanços, como a inclusão de outros

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

programas e a adesão de outras instituições como a OAB (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil) e CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), os quais procurarão o CFP como referência. Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP) explicou que por enquanto os trabalhos podem se concentrar na diretoria do CRP, não estando no atendimento do CRP como acontece com as demais inscrições. O plenário do CRP-06/SP saberá, mas pelo sigilo, todo o trabalho será operacionalizado por um número restrito de pessoas, sendo membros da diretoria, um funcionário do atendimento e um funcionário da secretaria. Afirmou que com a grande quantidade de profissionais registrados em São Paulo, será simples diluir esses casos e proteger o sigilo desses profissionais. Os seguintes encaminhamentos foram aprovados: "Rever o Decreto n° 3518/2000: dar mais garantia de segurança às/aos trabalhadoras/es que atuam na Rede Voluntária de Proteção. Abranger todas/os psicólogas/os que atuam nos programas estaduais e não apenas Provita Nacional. Abranger também PPCAM. Utilizar série numérica do CRP-06 para emissão das CIP. Termo de cooperação aprovado por unanimidade.". Neste momento, a mesa e as delegações do dia anterior foram retomadas para continuidade do ponto: **3.9 GT DE ASSUNTOS FINANCEIROS. 3.9.3 Qualificação de processos de previsão e acompanhamento da inadimplência para proposição de soluções (boas práticas):** Participaram do ponto: CRP-01/DF: Leovane Gregorio. CRP-02/PE: Marcos Mucarbel Junior, José Hermes De Azevedo Júnior. CRP-03/BA: Valter Da Mata Filho, Glória Maria Machado Pimentel, José Costa Dos Santos. CRP-04/MG: Cláudia Natividade, Dalcira Pereira Ferrão. CRP-05/RJ: Diva Lúcia Gautério Conde, Rodrigo Acioli Moura, Paula Land Curi. CRP-06/SP: Aristeu Bertelli da Silva, Rodrigo Toledo, Magna Barboza Damasceno. CRP-07/RS: Silvana de Oliveira, Fernanda Facchin Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto Rodrigues. CRP-08/PR: Francisco Mário Pereira Mendes, Carolina De Souza Walger de Almeida, Semiramis Maria Amorim Vedevatto. CRP-09/GO: Ionara Vieira Moura Rabelo. CRP-10/PA/AP: Luiz Romano da Motta Araujo Neto, Carla Isadora Barbosa Canto. CRP-11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho. CRP-12/SC: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Anderson Luis Schuck, Ematuir Teles de Sousa. CRP-13/PB: Helga Cristine Maciel Hofmann, Iany Cavalcanti da Silva Barros. CRP-14/MS: Irma Macario, Glace do Carmo Freitas Siqueira. CRP-15/AL: ausente no momento. CRP-16/ES: Sharla Provietti Bitencourt, Diemerson Saquetto. CRP-17/RN: Rodrigo Costa de Oliveira. CRP-18/MT: Karina Franco Moshage. CRP-19/SE: Frederico Alves de Almeida. CRP-20/ AM/AC/RR/RO: Gibson Alves Dos Santos. CRP-21/PI: Danilo Camuri Texeira

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

Lopes. CRP-22/MA: Railson de Oliveira Rodrigues. CRP-23/TO: Rodrigo Monteiro de Oliveira. CFP: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Norma Cosmo Celiane, Pedro Paulo Bicalho. Norma Cosmo Celiane (CFP) lembrou que o ponto foi suspenso no meio da leitura no dia anterior, assim, passou a palavra ao relator do GT, Rodrigo Acioli Moura, para continuidade da apresentação. Norma Cosmo Celiane (CFP) informou que toda a produção do GT foi impressa e entregue na reunião de tesoureiros. Desse modo, perguntou se é preciso ler todos os itens, lembrando que já foi feito um estudo pelos tesoureiros e foi um trabalho bem extenso. Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) informou que o material foi enviado a todos os CRPs, que por sua vez mandaram contribuições, e há pontuações que vão gerar orientações, mas não há encaminhamentos neste momento. Assim, sugeriu que o material produzido seja encaminhado aos CRPs para ciência, de modo que o GT continue trabalhando e que agora a Apaf se dedique apenas à apreciação das resoluções desse ponto. Semiramis Maria Amorim Vedevatto (CRP-08/PR) lembrou que a Apaf é a oportunidade de debater e ter esclarecimentos das pessoas que trabalharam no GT. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) reafirmou a proposta do CRP-12/SC, lembrando que há muitos outros pontos a serem debatidos e que a aprovação da resolução é urgente. Foram colocadas em votação duas propostas: número um: apreciar agora o material produzido pelo GT com leitura, e proposta número dois: que o material seja enviado aos CRPs para que debatam, façam suas contribuições e o GT continue trabalhando. A proposta número um recebeu 2 (dois) votos. A proposta número dois recebeu 38 (trinta e oito) votos. Houve três abstenções. Norma Cosmo Celiane (CFP) informou que a primeira resolução a ser apreciada trata de descontos de juros e multas. Ela explicou que essa resolução é editada a cada ano desde 2012 (dois mil e doze). Destacou que essa edição deveria ter sido apreciada na Apaf de dezembro, mas não foi, assim, no início deste ano vários CRPs procuraram o CFP para saber como agir em relação ao assunto. Por isso, houve reunião de tesoureiros no início do ano para discutir a possibilidade de reeditar essa resolução. Norma Cosmo Celiane (CFP) esclareceu que os descontos de juros e multas deveriam ser dados de 2012 (dois mil e doze) para trás e com a nova proposta de resolução há permissão para que os CRPs negociem com os profissionais descontos de juros e multas de 2015 (dois mil e quinze) para trás. A ideia é buscar uma reaproximação com psicólogos que não conseguiram pagar anuidades anteriores e, com isso, reduzir a inadimplência. Rodrigo Acioli Moura (CRP-05/RJ) fez a leitura da resolução atual (Resolução CFP nº 001/2017) e em seguida da nova proposta de

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

resolução, para que todos pudessem identificar as diferenças. Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) pediu questão de ordem para informar que a resolução apresentada não foi a versão trabalhada na reunião de tesoureiros. Feita a leitura da resolução correta, foram abertas as inscrições. Rodrigo Costa de Oliveira (CRP-17/RN) informou que a ideia dessa resolução é não precisar editar nova resolução a cada ano. Sobre o parágrafo primeiro do artigo primeiro, sobre prestar descontos, não seria configurada a ilegalidade de abrir mão de receita, pois se trata de um valor que já não seria mais recebido. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) perguntou se de fato os CRPs não estariam abrindo mão de receita, pois o parágrafo segundo torna melhor dever seis anos a dever apenas dois anos. Quando o psicólogo está dois anos atrasado, ele precisa pagar uma multa, mas ele estiver devendo por seis anos, ele tem a oportunidade de o Conselho liberar essa dívida. Afirmou que as anuidades são a única fonte de sustentação dos Conselhos. Rodrigo Costa de Oliveira (CRP-17/RN) esclareceu que a resolução abre a possibilidade de adotar esse meio, mas o CRP não é obrigado a utilizar isso, o CRP-17/RN, por exemplo, não concede o desconto. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP-09/GO) concordou com a colocação do CRP-05/RJ e alertou que há o risco de o psicólogo preferir estar inscrito em um Regional por adotar uma política melhor para ele que outro Regional. Afirmou que isso gera uma fragilidade do Sistema Conselhos. Lembrou que o Decreto 79.822 (setenta e nove mil oitocentos e vinte e dois), no artigo 50 (cinquenta), coloca que é legítimo o pagamento de anuidade para o exercício da profissão. Assim, sugeriu enfatizar isso e perguntou ao GT responsável como normatizar que pode ser aberto processo administrativo para cancelamento da carteira profissional por parte do CRP, quando o psicólogo não está pagando a anuidade. Exemplificou que há psicólogo no CRP-09/GO há sete anos sem pagar anuidade, mesmo que tenha seu nome na dívida ativa. Diego Mendonça Viana (CRP-11/CE) informou que há quatro anos o CRP-11/CE não é favorável a esse tipo de resolução por dois motivos, primeiro, pelo fato de ser uma estratégia desesperada de recuperação de crédito e, segundo, porque é algo que beneficia o mau pagador. Afirmou que o CRP-11/CE sempre trabalha no diálogo com a categoria para explicar que o pagamento de anuidade não é opcional, é uma condição para o exercício o profissional. Informou que no Ceará o CRP editou uma resolução para a negociação total das dívidas do psicólogo, incluindo todos os juros e multas e parcelando de forma responsável para que o profissional possa se programar para dar conta de cumprir com o compromisso, de modo que o reincidente, ou seja, aquele que faz o acordo e não cumpre, não possa negociar novamente. Isso gera uma disciplina.

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

Sugeriu esse formato para o GT pensar. Informou que não faz sentido a retirada de juros e multas depois que se ajuíza uma ação. Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) informou que a proposta não é para as negociações que estão em andamento, é para se aplicar aqueles casos em que a fase de negociação já passou e que provavelmente o CRP não irá mais receber o devido pagamento. Observou que uma vez que na reunião de tesoureiros se optou por editar essa resolução, para que não seja necessário refazê-la todo ano, perguntou se o parágrafo segundo não deixa de ser pertinente, pois ele restringe até o final deste ano. Pediu análise do GT sobre isso. A palavra foi passada à Assessoria Jurídica do CFP, que explicou que com o novo entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) a dívida não prescreve mais em cinco anos, ela vai prescrever praticamente após nove anos. Hoje, pela Lei 12.514 (doze mil quinhentos e catorze), é possível fazer a cobrança de qualquer dívida em juízo somente após quatro anuidades. Essa medida se deu para evitar a judicialização por parte dos Conselhos, pois gera sobrecarga no Poder Judiciário. Depois do vencimento da quarta anuidade, o Conselho tem cinco anos para cobrar em juízo, somando isso, dá um total de nove anos. A Assessoria Jurídica do CFP explicou que o CRP não pode cobrar judicialmente antes dos nove anos, mas pode fazer uma negociação administrativa. Sobre as ações ajuizadas de juros e multas, informou que o ajuizamento da ação não engessa o CRP, pois a qualquer momento é possível fazer um acordo extrajudicial e homologá-lo com o juiz, retirando a ação judicial. Ressaltou que as custas judiciais e honorários advocatícios devem ser avaliados mesmo quando é feito o acordo. Rodrigo Monteiro de Oliveira (CRP-23/TO) sugeriu a supressão do segundo parágrafo da minuta de resolução, para não beneficiar o mau pagador. Pediu para que seja enfatizado o Decreto 7822/77 (sete mil oitocentos e vinte e dois de mil novecentos e setenta e sete), artigos 50 (cinquenta), 51 (cinquenta e um) e 62 (sessenta e dois), que tornam a condição do pagamento de anuidade legítima para o exercício do psicólogo. José Félix Vilanova Barros (CRP-15/AL) informou que os esclarecimentos foram prolixos. Explicou que de forma simplificada, a minuta de resolução faz algo semelhante a abonar o pagamento das anuidades e com essa prerrogativa, a anuidade deixa de ser vista como um imposto, pois impostos não podem ser isentos. Afirmou que o pagamento da anuidade não pode ser dispensado. Pediu a mudança de redação ou retirada do parágrafo primeiro. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) informou que está claro que quando o psicólogo está devendo quatro anuidades, a partir do quinta se pode fazer a cobrança. Mas perguntou como fica nos casos em que há intermitência. Por exemplo, o psicólogo deve 2010 (dois

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

mil e dez), 2011 (dois mil e onze), paga 2012 (dois mil e doze), deve 2013 (dois mil e treze) e deve 2014 (dois mil e catorze). Informou que o CRP-05/RJ foi procurado por um cartório do Paraná com uma proposta de realização de cobranças extrajudiciais. Na ocasião, o cartório informou que não é possível negociar dívida depois de iniciado o processo de cobrança judicial. Pediu mais esclarecimentos sobre isso. Rodrigo Acioli Moura (CRP-05/RJ) perguntou se os profissionais inadimplentes podem ser considerados profissionais que estão exercendo a profissão ilegalmente. Ressaltou que essa é uma dúvida de muitos profissionais, pois os adimplentes reclamam quando tomam conhecimento de psicólogos atuando no mesmo estado sem estar com as anuidades em dia. Informou que após quatro anos de dívida, há cinco anos para o CRP entrar com ação na justiça e perguntou se depois de cinco anos o CRP pode descredenciar esse psicólogo. Argumentou que, por lei, depois de 5 (cinco) anos o psicólogo pode pedir a prescrição da dívida, o que o tornaria adimplente novamente. Sugeriu como encaminhamento devolver o assunto ao GT para acertar as questões levantadas e trazer aos CRPs uma nova proposta em curto prazo para ser aprovado pela assembleia. Sobre profissionais inadimplentes ou benefício ao mau pagador, a Assessoria Jurídica do CFP esclareceu que não é nessa lógica que funciona o sistema. Explicou que o sistema funciona na lógica de tentar minimizar uma situação difícil para que o profissional tenha condições de exercer seu ofício dentro da legalidade. Lembrou que existem várias formas de isenção. Quanto à pergunta se o inadimplente estaria no exercício ilegal da profissão, a Assessoria Jurídica do CFP explicou que o pagamento da anuidade é uma obrigatoriedade, assim, o não pagamento é uma infração, sujeita a julgamento. Informou que recentemente o STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que o CRP atuará de ofício. Ou seja, o CRP abre um procedimento administrativo que pode culminar em advertência ou até chegar a impedir o profissional de exercer a profissão, com o devido direito ao contraditório e à ampla defesa. Sobre a proposta de supressão do parágrafo primeiro da minuta de resolução, informou que é pertinente, pois encaminha o que é importante, que se refere ao que está no caput e trata da renovação, e retira apenas o que trata de dívidas prescritas. A Mesa Diretora informou que havia novos pedidos de inscrição, mas observou que não tem havido encaminhamentos para aprovação da resolução, pelas fragilidades colocadas. Assim, consultou sobre necessidade de abrir mais um bloco. Frederico Alves de Almeida (CRP-19/SE) pediu uma questão de esclarecimento, informou que teve dois questionamentos, um em relação a abrir mão da receita, que tem a ver com anuidade, mas o texto da resolução

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

não trata disso, trata de abrir mão de juros e multas. Informou que o parágrafo primeiro da minuta de resolução coloca que os CRPs poderão adotar a estratégia a seu critério, não havendo obrigação de acatar isso. José Félix Vilanova Barros (CRP-15/AL) pediu a reprodução da resolução tratando exclusivamente da questão de multas e juros, pois há muitos pontos de pauta pendentes. Diva Lúcia Gautério Cond (CRP-05/RJ) registrou não se sentir contemplada para fazer a avaliação do ponto. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP-09/GO) informou que suas dúvidas não foram esclarecidas e concordou que o ponto volte ao GT, desde que trate das dúvidas colocadas juntamente com a Assessoria Jurídica. Mariane Teixeira Netto Rodrigues (CRP-07/RS) sugeriu que a minuta de resolução retorne ao GT para discutir as questões colocadas junto com a Assessoria Jurídica, para a apresentação de um documento melhor na próxima Apaf. Sugeriu que haja critérios para que os CRPs não façam um uso puramente político das condições que serão colocadas na resolução. Railson de Oliveira Rodrigues (CRP-22/MA) sugeriu que ao retornar a minuta ao GT, que este possa dialogar com outros Conselhos para verificar como dirimiram essas questões. Karina Franco Moshage (CRP-18/MT) informou, em resposta a algumas dúvidas colocadas, que quando o profissional está inadimplente, irregular, não tem como proibi-lo de trabalhar. Encerrado o bloco de inscrições, foram colocadas as seguintes propostas: proposta um: devolver o material ao GT, que deve articular com as Assessorias Jurídicas dos CRPs, para posteriormente retornar para apreciação em Apaf. Proposta dois: aprovar a minuta de resolução, retirando o parágrafo primeiro. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP-09/GO) pediu um esclarecimento sobe a segunda proposta: como propor o que está colocado na resolução em ações ajuizadas? A Assessoria Jurídica do CFP esclareceu que a resolução é adotada há cinco anos e não há problemas jurídicos. Informou que encaminhará um parecer sobre o artigo 64 (sessenta e quatro) da Lei 5194/66 (cinco mil cento e noventa e quatro de mil novecentos e sessenta e seis) que determina que será automaticamente cancelado o registro do profissional inadimplente por dois anos consecutivos sem prejuízo do devido pagamento. Explicou que houve julgamento no STF (Superior Tribunal Federal) em que foi definido que isso não pode ser feito automaticamente, pois tem de haver o direito à ampla defesa. Esclareceu que é possível haver o cancelamento por falta de pagamento, desde que haja processo. Frederico Alves de Almeida (CRP-19/SE) esclareceu que não existe problema jurídico na resolução. Afirmou que somente os Conselhos que quiserem adotarão a medida, pois ela não é obrigatória, é apenas uma opção. Diego Mendonça Viana (CRP-11/CE) esclareceu que pode haver problemas jurídicos sim, no sentido de

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

os CRPs e CFP formarem um sistema único e com a resolução um CRP poder ofertar 90% (noventa por cento) de desconto, por exemplo, e outro não, de modo que um psicólogo que não obteve esse desconto venha a contestar o fato na justiça. Sugeriu que mesmo que se aprove a resolução agora, que ela seja trabalhada pelo GT e volte na próxima Apaf, com melhorias. Railson de Oliveira Rodrigues (CRP-22/MA) perguntou se a aprovação da resolução irá criar uma guerra fiscal, uma vez que há muitos casos de psicólogos que vivem em regiões de fronteira e possuem a inscrição principal em um estado e a secundária em outro. Exemplificou que pode acontecer de psicólogos migrarem de um CRP para outro apenas para obter desconto. Foram colocadas em votação as seguintes propostas: proposta um: devolver minuta de resolução ao GT como está para avaliar as dúvidas colocadas e retornar na Apaf de dezembro de 2017. Proposta dois: aprovar a resolução suprimindo o parágrafo primeiro e devolvê-la ao GT para que possa fazer um trabalho junto com as Assessorias Jurídicas para retorno na próxima Apaf com melhorias. A proposta um recebeu dez votos. A proposta dois recebeu vinte e sete votos. Houve três abstenções. A resolução foi aprovada e será apreciada novamente em dezembro. **3.9 GT DE ASSUNTOS FINANCEIROS. 3.9.4 RESOLUÇÃO SOBRE PRESCRIÇÃO PARA COBRANÇA DE ANUIDADES E OUTRAS COBRANÇAS:** a minuta de resolução foi projetada em tela e lida. Em seguida foi projetada a resolução vigente, para destaque das diferenças. Abertas as inscrições, Rodrigo Costa de Oliveira (CRP-17/RN) explicou que essa resolução é mais simples que a anterior, ela dá mais tempo para o CRP cobrar as dívidas, foi pacifica na reunião de tesoureiros, por isso, fez um apelo para ter celeridade para votar. Pediu encaminhamentos. Diego Mendonça Viana (CRP-11) perguntou se o crédito prescreve em cinco anos, como ficaria em relação à inadimplência, se seria em abril ou em dezembro, uma vez que a Resolução do CFP nº 003/2007 (três de dois mil e sete) coloca que o psicólogo se torna inadimplente somente a parir de abril, mesmo que o ano encerre em dezembro. A Assessoria Jurídica do CFP respondeu que a data é do vencimento do débito, portanto, seria em abril. José Félix Vilanova Barros (CRP-15/AL) informou que a dívida prescreve somente se não for cobrada, quando ela é ajuizada, ela não prescreve, continua a existir. Em regime de votação, a resolução recebeu 43 (quarenta e três) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **3.10 GT DE COBRANÇAS E ASSUNTOS CORRELATOS:** Norma Cosmo Celiane informou que o GT é composto pelos CRPs 05/RJ, 07/RS, 10/PA/AP, 14/MS e 17/RN, e CFP, e surgiu em novembro de 2016 (dois mil e dezesseis). Ela

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

explicou que o Sistema Conselhos de Psicologia tem adotado cobrança simples, mas de acordo com as normativas da Febraban - Federação Brasileira de Bancos, as cobranças devem ser feitas de forma registrada. Lembrou que houve um problema no final do ano porque não havia um sistema disponível para realizar as cobranças registradas. Assim, houve diálogo com o Banco do Brasil e com a Implanta para verificar a possibilidade de atender essas novas normativas. Acrescentou que a Febraban adiou para primeiro de junho deste ano essa exigência. Assim, a partir de agora o trabalho de todo o Sistema será feito a partir de cobrança registrada. Norma Cosmo Celiane (CFP) informou que o GT se reuniu com a Implanta e os problemas apresentados naquela ocasião foram resolvidos. Sobre o Banco do Brasil, foram levantadas todas as questões que o banco precisa responder e na próxima semana serão encaminhadas. Informou que já foi feito um projeto piloto no CRP-08/PR que tem dado certo. Lembrou que já foi expedido um ofício para que os CRPs possam dar andamento ao que o GT foi trabalhando. Em seguida, projetou encaminhamentos da reunião do GT, para a Apaf deliberar. Nesses encaminhamentos, o GT sugeriu que os tempos de resposta (SLA) sejam firmados em contrato com a Implanta, estabelecendo objetivamente os prazos determinados de resposta para as diferentes situações, respeitando as especificidades de cada Regional. O GT sugeriu também alterar as formas de impressão e postagem das anuidades, dando preferência para contratos com os Correios para realização desses serviços, uma vez que se trata de empresa pública. O GT definiu também que o CFP buscará junto com o Banco do Brasil as operadoras de cartão de crédito para avaliar a viabilidade para a cobrança da anuidade por cartão de crédito. O GT sugeriu ainda a possibilidade de o Sistema Conselhos adotar a emissão de carnês e boletos que possam ser personalizados, com mensagens ou outras modalidades. Neste momento, a equipe de informática do CFP foi convidada a expor com mais detalhes o assunto. A equipe explicou que o Banco do Brasil não oferece a possibilidade de personalizar os boletos, assim, foi apresentada proposta da CTIS. Nessa proposta, o carnê tem possibilidade de personalização da logo do CFP e dos CRPs, de QR-Code (*Quick Response*) personalizado apontando para um site, de ser colorido e de apresentar mensagem. Esse carnê teria a cota única, a parcela com desconto ou os parcelamentos. Em seguida, a equipe apresentou a proposta de boleto, que seria parecido com o carnê, mas em duas folhas A4 com todos os boletos impressos nela, havendo espaço para mensagens. A equipe do CFP explicou que seria um modelo parecido com as cobranças de IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e IPTU (Imposto Predial e

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

Territorial Urbano). A equipe acrescentou que Os Correios apresentou uma proposta semelhante, entretanto, em preto e branco, e trabalham apenas com a opção de boleto, não sendo possível o uso do carnê. A equipe apresentou os custos totais para a impressão e o envio de 305.000 (trezentos e cinco mil) boletos coloridos, pela CTIs, que seria de R$ 695.400,00 (seiscentos e noventa e cinco mil e quatrocentos reais); de carnês coloridos, pela CTIS, que seria de R$ 817.400,00 (oitocentos e dezessete mil e quatrocentos reais); e de boletos monocromáticos, pelos Correios, de R$ 594.750,00 (quinhentos e noventa e quatro mil e setecentos e cinquenta reais). Abertas as inscrições, Rodrigo Costa de Oliveira (CRP-17/RN) afirmou que a proposta dos Correios é interessante porque é empresa pública e o custo está em conta, haja vista que não há necessidade de o documento ser colorido, pois fica guardado por pouco tempo. Rodrigo Monteiro de Oliveira (CRP-23/TO) perguntou a possibilidade de trocar o envio por correspondência pela emissão via *sites*, que seria menos dispendioso. Perguntou também se os bancos deram um prazo para dar o retorno a respeito do pagamento da anuidade via crédito. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) perguntou se há a possibilidade de programação de débito automático. Perguntou também sobre a possibilidade de emissão de boleto via *site*. Por fim, informou que há várias negociações de psicólogos que ultrapassarão junho de 2017 (dois mil e dezessete), referente ao parcelamento de anuidades atrasadas anteriores, que não foram emitidas com carnê de cobrança registrada. Perguntou como será feito o registro desses pagamentos. Carolina de Souza Walger de Almeida (CRP-08/PR) informou que no seu CRP os boletos foram emitidos pelos Correios com o custo de impressão foi de R$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos) e de envio de R$ 0,40 (quarenta centavos) para cada profissional, somando o custo de R$ 0,95 (noventa e cinco centavos), assim, questionou sobre os valores apresentados na proposta dos Correios, que fica em torno de R$ 1,95 (um real e noventa e cinco centavos) para cada unidade enviada, de modo que não há vantagens para a mudança. A equipe do CFP respondeu que o sistema da Implanta está preparado para disponibilizar boletos via *site*, mas ainda há uma etapa manual para a conclusão desse processo. Como a cobrança precisa ser registrada, ainda há duas etapas a se cumprir. Será necessário gerar o boleto, exportar o arquivo para a Implanta, para disponibilizar no sistema para o profissional. Alertou que é preciso pensar se o profissional vai acessar o sistema para retirar seu boleto. Sobre o débito automático simples que foram renegociados e passados para 2017 (dois mil e dezessete), Norma Cosmo Celiane informou que o acordo é que mantenha até 2017 (dois mil e dezessete) os boletos que

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

Conselho Federal de Psicologia

foram emitidos na modalidade simples. Informou que irá buscar resposta do banco sobre a possibilidade de aceitar os boletos que ultrapassam 2017 (dois mil e dezessete) que foram emitidos anteriormente. Sobre o debito automático, esclareceu que conversará com o banco para ter uma resposta e proceder com as orientações a todos os CRPs. A equipe técnica do CFP explicou que cada Regional têm tarifas diferentes. Explicou que os valores apresentados são de Minas Gerais. Em regime de votação foram aprovados por 43 (quarenta e três) votos os encaminhamentos trazidos pelo GT. Não houve nenhum voto contrário, nem abstenções. Em seguida passou-se aos encaminhamentos referentes aos boletos. Norma Cosmo Celiane informou que o boleto encaminhado pelo banco é o modelo padrão dele, que não é regionalizado, não aparece identidade, não há espaço para escrever mensagens. Assim, informou que o GT pergunta à Apaf se pode dar andamento a busca de novas possibilidades com empresas públicas para alterações desse modelo de boleto. Neste momento foi registrado que Vanuza Célia Sales (CRP-01/DF) chegou e passou a compor a delegação do CRP-01/DF. Mariane Teixeira Netto Rodrigues (CRP-07/RS) perguntou se o CRP terá autonomia para modificar as mensagens impressas no boleto. Carolina de Souza Walger de Almeida (CRP-08/PR) perguntou se os CRPs terão autonomia para aderir ao novo modelo, de modo que possam negar se a nova proposta não for vantajosa para o CRP. Norma Cosmo Celiane explicou que os CRPs terão autonomia sim. Foi consensuado que o CFP está autorizado a tentar viabilizar, inclusive financeiramente, para buscar outros modelos de boletos, ou outras possibilidades (emissão via *sites*, entre outros), garantindo a autonomia dos CRPs (principalmente em relação aos custos e às mensagens). Foi registrado que Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) passou a compor a delegação neste momento. Por fim, Norma Cosmo Celiane (CFP) informou que o GT de cobranças e assuntos correlatos cumpriu sua tarefa e, por isso, agora precisa ser extinto. A extinção do GT foi aprovada por consenso. A Mesa Diretora informou que precisaria de um representante para substituir o CRP-04/MG na mesa a partir das dezesseis horas. Ficou combinado que Carolina de Souza Walger de Almeida (CRP-08/PR) substituirá o CRP-04/MG. **4. INFORME NOTA DE REPÚDIO CONTRA O CRP-01/DF:** A Mesa Diretoria informou que recebeu uma nota de repúdio ao CRP-01/DF e que este pediu a leitura de um ofício em resposta, assim, em respeito ao direito de resposta, a mesa sugeriu um encaminhamento semelhante ao que já foi adotado nesta Apaf, para que se reproduza o ofício do CRP e se distribua aos membros da Apaf, assim como foi feito com a nota da Federação Nacional dos

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional (Fenasera), mantendo equidade. Vanuza Célia Sales (CRP-01/DF) esclareceu que foram feitos dois pedidos, um já foi respondido pelo encaminhamento da mesa e o outro é referente ao registro na ata da Apaf. Informou que o próprio CRP reproduziu os documentos e que distribuiria aos delegados da Apaf, respeitando o direito democrático e pleno. Afirmou que o CRP tem o objetivo de esclarecer, e que a situação financeira do CRP-01/DF é de conhecimento de todos e não foi responsabilidade do Plenário atual do CRP-01/DF. **5. INFORME DESMONTE DO PROGRAMA DE BRAÇOS ABERTOS:** Semiramis Maria Amorim Vedevatto (CRP-08/PR) informou que o governo de São Paulo invadiu a "Cracolândia" e encerrou o Programa de Braços Abertos. Sugeriu um posicionamento referente a esse ataque frontal à política de saúde mental. A palavra foi passada ao Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP) para dar um informe sobre o assunto. Ele dissertou a cerca da atual gestão da Prefeitura de São Paulo, na figura do prefeito João Dória, que juntamente com o seu articulador no governo do estado de São Paulo, o governador Geraldo Alckmin, estão desmantelando as políticas públicas de saúde mental. Informou que na cidade de São Paulo havia duas políticas distintas, o Programa Recomeço (na perspectiva de internações e de apoio às Comunidades Terapêuticas) e o Programa de Braços Abertos (na perspectiva de redução de riscos e danos). Foi iniciado o desmantelamento do Programa De Braços Abertos, com uso de violência estatal, internação compulsória e deliberação judicial. Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP) afirmou que o atual governo há poucos dias esteve reunido com algumas instituições na sede do Ministério Público de São Paulo, como CRP, Crefito – Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Cremesp – Conselho Regional de Medicina, Conselho Municipal de Políticas de Drogas, Defensoria Pública, e diante desse coletivo a Gestão João Dória garantiu que não utilizaria a força policial contra as pessoas naquela região, mas isso não foi cumprido. Hoje, desde as cinco horas da manhã, sob a justificativa de enfrentamento ao tráfico, estão criminalizando as pessoas. O CRP-06/SP está mobilizado e em contato com vários órgãos, para promover alguma defesa. Informou que está sendo feito um manifesto em São Paulo, que poderá ser apresentado à Apaf para ser uma manifestação nacional do Sistema Conselhos de Psicologia. Semiramis Maria Amorim Vedevatto (CRP-08/PR) informou que faz parte do Coletivo Vozes Antiproibicionistas, que está acompanhando toda a movimentação há duas semanas. Afirmou que está havendo violação de direitos humanos, esclarecendo que as pessoas estão perdendo as poucas coisas que possuem, pois há população em situação

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

de rua. Informou que há preocupação com trabalhadores, psicólogos da assistência, da saúde que estavam lá fazendo intervenções. Afirmou que o CRP-08/PR é a favor da redução de danos e destacou que o que acontece em São Paulo vai acontecer em outros estados, pois está se vendo a volta da lógica manicomial. Pediu um posicionamento firme. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) informou que no Rio de Janeiro os abrigos também têm sido fechados e as pessoas foram colocadas em clínicas psiquiátricas no interior do estado. Irma Macario (CRP-14/MS) contou que em Campo Grande há uma proposta de lei municipal para repasse de recursos públicos para Comunidades Terapêuticas. Destacou que é preciso fazer um movimento integral do Sistema Conselhos de Psicologia. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) informou que foi distribuído para todos os CRPs o material da campanha 'Luta Antimanicomial: Reforma Psiquiátrica Ainda Necessária", que acredita que pode ser utilizado. Informou que há notas do CFM (Conselho Federal de Medicina) e da Associação de Psiquiatria que referendam a lógica manicomial, por isso, é preciso um posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia. Pedro Paulo Bicalho (CFP) informou que a Comissão de Direitos Humanos do CFP já tomou a decisão de fazer a próxima reunião em São Paulo, para estar mais perto do contexto colocado. Informou que a Comissão Nacional e a Comissão Regional de São Paulo farão ações imediatas e emergenciais em função do cenário de hoje. Cláudia Natividade (CRP-04/MG) informou que recebeu visita do Conselheiro Rogerio Giannini (CFP) e está previsto um evento em parceria com o CFP, no dia trinta de maio em Belo Horizonte, retomando a luta antimanicomial. No evento haverá uma homenagem aos psicólogos Marcus Vinícius de Oliveira e Rosimeire Aparecida. Mariane Teixeira Netto Rodrigues (CRP-07/RS) informou que o CRP-07/RS apoia o movimento de luta antimanicomial e que este ano acontecerá o 'Mental Tchê da Resistência' em São Lourenço do Sul. A Mesa Diretora sugeriu que os CRPs que se manifestaram se reúnam para a produção de um documento conjunto que poderá servir como manifesto da Apaf. Às doze horas e trinta minutos se iniciou o intervalo para o almoço. Às catorze horas e vinte minutos a assembleia foi reiniciada. A Mesa Diretora foi composta por Pedro Paulo Bicalho (CFP), Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) e Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP). Pedro Paulo Bicalho (CFP) informou que setenta e cinco por cento da pauta da Apaf já foi discutido, tudo agrupado nos pontos financeiros. A Mesa Diretora agradeceu a todos os psicólogos que ocupam a função de tesoureiro, o que é uma tarefa muito árdua. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) pediu licença para apresentar o

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

site da Abep – Associação Brasileira de Ensino em Psicologia e convidou todos para o 11º Encontro da Abep, em setembro, em Campinas-SP. Solicitou apoio de todos na divulgação do site e do evento, não só da Abep, como de todas as entidades do FENPB – Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, que passam por dificuldades para se manter. Agradeceu especialmente aos CRPs 04/MG, 06/SP e 12/SC, que têm prestado forte apoio à Abep **6. MINUTA DE RESOLUÇÃO SOBRE O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA:** Foram conferidas as delegações para o ponto: CRP-01/DF: Andreza Sorrentino, Vitor Barros Rego. CRP-02/PE: Marcos Mucarbel Junior, Severino Ramos Lima de Souza. CRP-03/BA: ausente no momento. CRP-04/MG: Cláudia Natividade, Madalena Luiz Tolentino, Dalcira Pereira Ferrão. CRP-05/RJ: Diva Lúcia Gautério Conde, Roseli Goffman, Thiago Benedito Livramento Melício. CRP-06/SP: Aristeu Bertelli Da Silva, Rodrigo Toledo, Magna Barboza Damasceno. CRP-07/RS: Silvana De Oliveira, Fernanda Facchin Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto Rodrigues. CRP-08/PR: João Baptista Fortes De Oliveira, Francisco Mário Pereira Mendes, Carolina De Souza Walger De Almeida. CRP-09/GO: Murillo Rodrigues Dos Santos, Mayk Diego Gomes Da Glória Machado. CRP-10/PA/AP: Carla Isadora Barbosa Canto. CRP-11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho. CRP-12/SC: Jaira Terezinha Da Silva Rodrigues, Anderson Luis Schuck, Helena Berton Eidt. CRP-13/PB: ausente no momento. CRP-14/MS: Irma Macario, Glace Do Carmo Freitas Siqueira. CRP-15/AL: José Félix Vilanova Barros, Laeuza Lúcia Da Silva Farias. CRP-16/ES: Sharla Provietti Bitencourt, Diemerson Saquetto. CRP-17/RN: Rodrigo Costa De Oliveira. CRP-18/MT: Morgana Moreira Moura. CRP-19/SE: ausente no momento. CRP-20/ AM/AC/RR/RO: Gibson Alves Dos Santos, Clorijava De Oliveira Santiago Junior. CRP-21/PI: José Augusto Santos Ribeiro. CRP-22/MA: Railson De Oliveira Rodrigues. CRP-23/TO: Muriel Corrêa Neves Rodrigues. CFP: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Pedro Paulo Bicalho, Clarissa Paranhos Guedes. A delegação do CRP-03/BA se apresentou: Glória Maria Machado Pimentel, Alessandra Santos de Almeida, Mailson Santos Pereira. Pedro Paulo Bicalho (CFP) informou que há uma resolução que precisa ser implementada em função de três questões: Portal da Transparência, Ouvidoria do Sistema Conselhos de Psicologia e Carteira Protegida. A resolução diz respeito ao ofício do Tribunal de Contas da União recebido pelo CFP sobre a necessidade de cumprir a lei de acesso à informação, a partir do Portal da Transparência. Pedro Paulo Bicalho (CFP) informou que o portal da Transparência já foi construído pelo CFP para todos os CRPs, com prazo final para inclusão documentos

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

em vinte e oito de maio, o que já foi discutido na Reunião de Presidentes. Esclareceu que além de ter o Portal da Transparência, ter uma Ouvidoria e ainda uma carteira protegida, faz com que seja necessário instituir o acesso às informações, determinando quais são as informações sigilosas, para que o Sistema Conselhos de Psicologia não fique vulnerável, sendo obrigado a ceder todas as informações a quem solicitar. Informou que a resolução foi construída pela Assessoria Jurídica do CFP, com base na Lei 12527/2001 (doze mil quinhentos e vinte e sete de dois mil e um) que regulamenta a questão da transparência. A minuta de resolução foi encaminhada nas remessas da Apaf, assim, a Mesa perguntou se já poderia abrir inscrições, ou se seria necessário ler todo o documento. Não houve nenhuma inscrição. Em regime de votação, a minuta de resolução foi aprovada por unanimidade. **7. ANÁLISE DA CONJUNTURA ATUAL:** Participaram do ponto: CRP-01/DF: Andreza Sorrentino, Vitor Barros Rego. CRP-02/PE: Marcos Mucarbel Junior, Severino Ramos Lima De Souza. CRP-03/BA: Alessandra Santos De Almeida, Mailson Santos Pereira, Glória Maria Machado Pimentel. CRP-04/MG: Cláudia Natividade, Madalena Luiz Tolentino, Dalcira Pereira Ferrão. CRP-05/RJ: Diva Lúcia Gautério Conde, Roseli Goffman, Thiago Benedito Livramento Melício. CRP-06/SP: Aristeu Bertelli Da Silva, Rodrigo Toledo, Magna Barboza Damasceno. CRP-07/RS: Silvana De Oliveira, Fernanda Facchin Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto Rodrigues. CRP-08/PR: João Baptista Fortes De Oliveira, Francisco Mário Pereira Mendes, Carolina De Souza Walger De Almeida. CRP-09/GO: Murillo Rodrigues Dos Santos, Mayk Diego Gomes Da Glória Machado. CRP-10/PA/AP: Carla Isadora Barbosa Canto. CRP-11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho. CRP-12/SC: Jaira Terezinha Da Silva Rodrigues, Anderson Luis Schuck, Helena Berton Eidt. CRP-13/PB: Iva Izabel Cavalcanti da Silva Barros, Lucílvio Eleutério da Silva. CRP-14/MS: Irma Macario, Glace Do Carmo Freitas Siqueira. CRP-15/AL: José Félix Vilanova Barros, Laéuza Lúcia Da Silva Farias. CRP-16/ES: Sharla Provietti Bitencourt, Diemerson Saquetto. CRP-17/RN: Rodrigo Costa De Oliveira. CRP-18/MT: Morgana Moreira Moura. CRP-19/SE: ausente no momento. CRP-20/ AM/AC/RR/RO: Gibson Alves Dos Santos, Clorijava De Oliveira Santiago Junior. CRP-21/PI: José Augusto Santos Ribeiro. CRP-22/MA: Railson De Oliveira Rodrigues. CRP-23/TO: Muriel Corrêa Neves Rodrigues. CFP: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Pedro Paulo Bicalho, Rogério Gianinni. A Mesa Diretora lembrou que o ponto é advindo da reunião de presidentes. Rogério Giannini explicou que na reunião de presidentes ficou combinado que ele faria uma fala disparadora do assunto,

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

para posterior debate. Em seguida ele leu o seguinte texto: "Não é possível falar do Brasil, sem falar hoje de democracia. Da falta dela ou do risco que ela corre. Não é possível falar de democracia sem lembrar que o Brasil há pouco menos de trinta anos emergiu de uma ditadura civil-militar. Democracia que se inicia sob uma égide de desconfiança de que as coisas mudaram, mas talvez não tanto. Não houve justiça reparativa, não houve reparação dos crimes de tortura e a nossa jovem democracia começa assim, pedindo socorro. O fato é que ela se implanta e temos uma vida política intensa, com grandes debates, e ao longo do tempo parecia que ia se consolidando. Mas aí chegaram as reformas sociais e econômicas. Antigos invisíveis, como os pobres, os indígenas, e, principalmente, negros e negras, começam a aparecer nas universidades, nos aeroportos e nas ruas, manifestando-se e exigindo direitos. Afinal, a democracia serve para o quê? Somente para o debate acalorado de ideias? Ou deve gerar soluções para a vida social? E as velhas feridas mal curadas pareceram se abrir. Assistimos nos últimos anos um incrível aumento da violência nas ruas, do crime organizado; nas casas, contra as crianças e as mulheres; pelo Estados, principalmente através das polícias; ressaltando que as polícias militares são heranças do período da ditadura. Algumas dessas violências nunca cessaram, mas tinham a incidência em uma única classe ou único grupo social preferencialmente. A violência nos corpos segue aumentando e a violência simbólica atinge níveis impressionantes nas redes sociais, mas também nas conversas de bar, de metrô, de ônibus, nas fábricas, nos escritórios, nas lojas, nas comemorações e churrascos. Libera-se uma espécie de instinto bélico destrutivo desqualificando sempre o outro. O outro, cada vez mais, é o problema. Tudo isso desemboca e retroalimenta os retrocessos políticos com a ruptura da ordem institucional, que depois se transforma numa violenta quebra de direitos sociais e trabalhistas. Vivemos impensáveis retrocessos. Nos últimos dias, tudo se agravou em níveis impensáveis. Insisto, nos colocamos diante de um quadro que é uma encruzilhada que aponta em dois lados: ou seguimos em direção ao arbítrio e ao perigoso precipício do autoritarismo, que não sabemos hoje seus limites, mas já vivenciamos isso na história; ou aproveitamos o momento histórico e aprofundamos a democracia, a participação, no caminho da justiça e da paz social. A Psicologia é chamada para pensar e ajudar a pensar. Mais pensamento e menos reação!" Abertas as inscrições, Mailson Santos Pereira (CRP-03/BA) explicou que levantaria algumas questões para todos pensarem no que isso impacta o Sistema Conselhos de Psicologia. Perguntou o que a legislação sobre teto de gastos públicos impacta no orçamento do Sistema Conselhos de

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

Psicologia, entendendo que esse sistema é uma autarquia federal. Perguntou sobre o impacto nas políticas sociais, especialmente as de assistência social que estão sendo desmontadas, uma vez que há posições no próprio MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário que destoam das políticas de assistência social e isso se refere ao programa Primeira Infância no SUAS – Sistema Único de Assistência Social e ao projeto Criança Feliz. Como o Sistema Conselhos tem se debruçado sobre essa visão de desenvolvimento das crianças? Afirmou que o Programa Criança Feliz se refere a uma produção norte-americana que está sendo trazida para uma política pública. Pediu para que todos pensem nas questões éticas de sigilo e cumprimento do Código e Ética em relação a esse programa, pois os profissionais vão orientar pessoas de nível médio que farão as visitas. Mailson Santos Pereira (CRP-03/BA) informou que a Secretaria Nacional de Assistência Social sinalizou que tem recurso somente para o pagamento do benefício de prestação continuada e do bolsa família até agosto. Assim, afirmou que há um cenário de desmonte e é preciso definir como o Sistema Conselhos de Psicologia vai priorizar a política de Assistência Social na leitura de direitos humanos, principalmente na Conferência Nacional a se realizar este ano. Pediu ações mais proativas. Morgana Moreira Moura (CRP-18/MT) pediu um encaminhamento para que possa ter em pauta nas articulações as questões indígenas e conflitos territoriais. Afirmou que há uma boa produção de 2006 (dois mil e seis) a 2010 (dois mil e dez), mas isso foi deixado de lado e o tempo todo a sociedade é chamada a pensar isso. Lembrou que isso ficou bem claro a partir da Chacina de Colniza. Pediu encaminhamentos mais práticos. Silvana de Oliveira (CRP-07/RS) falou que é frágil o modelo de democracia adotado no Sistema Conselhos de Psicologia. Falou da importância de ter coerência entre as falas e os atos dos membros do Sistema Conselhos de Psicologia. Afirmou ter preocupação com a revogação ontem de uma decisão da Apaf anterior, de retirar grande aporte financeiro para dar sustentabilidade para as ações de base dos Conselhos Regionais e colocar em outra rubrica. Pediu para pensar como isso impacta na realidade do psicólogo, pois houve Apaf que durou dois dias e em que se discutiu apenas oito pontos de pauta, o que é vergonhoso. Laeuza Lúcia da Silva Farias (CRP-15/AL) ressaltou que na saúde mental tem se sentido o desmonte de políticas públicas, com falta de recursos, e é o local do fazer do psicólogo. Afirmou que o Sistema Conselhos parece não querer se posicionar a questões inerentes da Psicologia, como o tema 'Coaching', por exemplo. Explicou que não faz parte da Psicologia mas é atividade exercida por psicólogos. É preciso dizer e limitar sobre qual é o fazer do

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

psicólogo. A psicologia tem esbarrado com vários fazeres, há diálogo com outros saberes e a psicologia permite isso, mas como ciência e profissão, é preciso ter limites. Informou que a psicoterapia e as práticas integrativas, por exemplo, são questões sobre as quais o Sistema Conselhos precisa se posicionar e orientar a categoria. A Mesa Diretora lembrou que o ponto em discussão é análise de conjuntura. José Augusto Santos Ribeiro (CRP-21/PI) afirmou que as falas até o momento foram pertinentes, pois não é possível fazer uma análise de conjuntura apenas externa. É preciso pensar dentro do Sistema Conselhos também. Lembrou do que já foi colocado na reunião de Presidentes e destacou o contexto de desmonte das políticas públicas, especialmente as de saúde e assistência, com uso da violência estatal. Lembrou que diante de tudo que tem chegado pela categoria, já faz um ano que a CONPAS – Comissão Nacional de Psicologia e Assistência Social deveria ser discutida. Afirmou que há um ano ele argumentou tentando impedir o encerramento da Comissão, pois esse era o plano interno do Sistema Conselhos de Psicologia. Afirmou que é necessário discutir Coaching, psicoterapia, Comunidades Terapêuticas, escuta especial de crianças e adolescentes de forma mais efetiva. Ressaltou que sobre o depoimento especial, foi publicada nova lei em abril e esta pauta não progride no Sistema Conselhos de Psicologia desde 2014 (dois mil e catorze), de modo que os psicólogos ficam sem orientação. Destacou que tudo isso faz parte da análise de conjuntura, pois é preciso olhar para dentro do Sistema Conselhos de Psicologia. Diemerson Saquetto (CRP-16/ES) explicou que sobre a democracia dentro do Sistema Conselhos, não recorda de cerceamento de fala de ninguém nas Apafs, então vê com estranheza esse questionamento à democracia do Sistema Conselhos de Psicologia. Afirmou que a democracia no Sistema Conselhos de Psicologia foi conquistada com dificuldades e por mais que haja grupos políticos distintos é possível o diálogo. Concordou que o trabalho é moroso em alguns pontos e afirmou que também se incomoda com o fato de ter pontos na pauta pendentes desde 2014 (dois mil e catorze). Destacou que houve uma Apaf de um dia e meio tratando de questões financeiras em que se discutia às vezes apenas uma vírgula. Questionou se a morosidade é pelo fazer democrático. Explicou que a democracia tem um preço e isso tem sido exercitado. Sugeriu que se faça a análise de conjuntura para fora, para avaliar como o CFP pode adotar um lugar de protagonismo como a OAB – Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Pediu posicionamento frente ao governo federal, em relação às questões de cidadania, que são mais importantes hoje que problemas internos. Afirmou que estão em

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

andamento a Apaf, o CNP – Congresso Nacional de Psicologia, os Coreps – Congressos regionais de Psicologia. Lembrou que a forma de publicação das resoluções também é democrática, tem um custo e às vezes demora. Afirmou que a análise de conjuntura agora deve ser feita para fora. Mayk Diego Gomes da Glória Machado (CRP-09/GO) endossou as falas de defesas das políticas públicas que impactam o exercício dos psicólogos, ressaltando o contexto da saúde e também da educação, sendo que as políticas públicas estão sendo tratadas como políticas de governo e não de acordo com a lei. Pontuou que tem acontecido a criminalização de movimentos sociais, especialmente no estado de Goiás, que é bem violento. Perguntou como está sendo acompanhada a questão do enquadramento dos movimentos sociais na lei antiterrorismo. Endossou a fala do CRP-07/RS, de que para se pensar na conjuntura nacional, é preciso avançar internamente no exercício da democracia dentro do Sistema Conselhos de Psicologia. Lembrou que há algumas Apafs foi votado que o Sistema Conselhos funcionaria como uma democracia representativa e não participativa, apesar de o CRP-09/GO ter votado contra isso, desse modo, é preciso questionar sim sobre que tipo de democracia está se falando. Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) informou que um dos fatos que o constituiu como psicólogo e como conselheiro foi ver que o Sistema Conselhos nunca deixou de se debruçar sobre a realidade brasileira. Informou que a realidade atual impacta o fazer do psicólogo. Explicou que é preciso pensar nas dimensões externas e internas e que o que é decidido internamente sempre esteve influenciado por essa realidade. Destacou as ações do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, o protagonismo do Sistema Conselhos de Psicologia nos direitos humanos, as ações do Crepop – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, a luta antimanicomial. Afirmou que no cenário de retrocesso atual, é preciso encarar como isso impacta no cerceamento dos processos de subjetivação que se estabelecem. Pediu conversão das análises enquanto Sistema Conselhos de Psicologia num manifesto que saia desta Apaf de que é preciso ter práticas democráticas e de liberdade da subjetividade, mostrando o protagonismo da Psicologia em relação à situação que o país vive. Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP) afirmou que durante muito tempo a Psicologia foi cobrada por ser uma profissão que se fechava em um consultório e atendia apenas uma parcela de elite da sociedade. Há alguns anos essa lógica tem sido quebrada, para aumentar os limites da Psicologia. Isso gera a necessidade de o Sistema Conselhos de Psicologia se manifestar sobre a fase que a democracia brasileira está vivendo, assim como outras instituições e profissões estão fazendo. Lembrou que cada

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

um tem seu posicionamento político partidário, mas o Sistema Conselhos de Psicologia deve assumir um posicionamento político sobre o que está acontecendo na sociedade brasileira, não em defesa de uma ou outra posição político-partidária. Pediu para não desviar do assunto que é tão importante para a Psicologia. Afirmou que é necessário sempre se discutir a democracia dentro do Sistema Conselhos de Psicologia e isso poderá continuar, mas solicitou o encaminhamento de convergir as análises como Sistema Conselhos hoje em relação à situação do país num manifesto que saia desta Apaf. Rodrigo Costa de Oliveira (CRP-17/RN) afirmou que o posicionamento do Sistema Conselhos é importante, pois o país está à beira do caos e há pessoas morrendo enquanto os membros da Apaf estão discutindo em defesa de agrupamentos. Ressaltou que o Sistema Conselhos precisa de modernização, mas isso não será feito nesta Apaf. Mas pode-se pensar em apontamentos. Entretanto, isso não pode servir para evitar a discussão necessária, para se esquivar do compromisso com as pessoas que estão sendo mortas, violentadas, internadas de forma compulsória. Afirmou que a Psicologia não pode ser discreta em seus posicionamentos. É preciso dizer: Fora retrocesso! Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) pediu a recuperação da proposta da pauta, que é análise de conjuntura. Pediu uma reflexão sobre o que se defender num processo democrático e o que isso tem a ver com a Psicologia. Explicou que por mais que a formação de Psicologia tenha distanciado os profissionais da vida cotidiana, objetivamente, é disso que o psicólogo trata, seja no CRAS (Centro de referência de Assistência Social), no CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), nos tribunais, nas clínicas de trânsito. Afirmou que o acúmulo de civilização mostra é a partir dos processos democráticos que se assegura o pleno desenvolvimento das pessoas, por meio de participação, inclusão, debate. Assim, não é possível a qualquer psicólogo estar alijado da questão que é colocada pelo rompimento do processo democrático. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) falou que a ruptura do processo democrático está em curso sem qualquer informe por parte dos veículos de comunicação. Lembrou que toda a legislação trabalhista e de seguridade social, ou seja, todo um projeto que veio de acúmulo dos séculos XIX (dezenove) e XX (vinte) está sendo posto abaixo. Assim, o tema afeta os psicólogos e afeta a autarquia. Explicou que o Sistema Conselhos tem o papel político de articular os projetos psi com as demandas na sociedade e que ao se ignorar essa realidade, a autarquia perde o seu papel. A Mesa Diretora fez uma síntese dos pontos colocados e sugeriu que se passe para o próximo ponto, porque é sobre a campanha de democracia, o que pode concretizar as discussões do ponto atual. A síntese

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

foi lida para a Apaf: ações proativas do Sistema nas questões de demarcação territorial e questões indígenas; ações proativas do Sistema no desmonte das políticas públicas e no campo da atenção psicossocial; refletir a democracia interna do Sistema Conselhos e o impacto junto à categoria considerando instâncias democráticas junto ao Sistema Conselhos; marcar posicionamentos do Sistema Conselhos inerentes à Psicologia objetivando orientar a categoria; posicionamento de protagonismo da Psicologia frente os problemas sociais que envolvem ameaças à democracia e à cidadania; avaliar as questões: democracia representativa x participativa; se posicionar contrário ao desmonte das políticas públicas no campo da saúde, educação, assistência e segurança pública; reafirmar o compromisso do Sistema Conselhos frente às questões sociais e de direitos humanos e os impactos da atual conjuntura na sociedade brasileira; marcar posicionamento político do Sistema Conselhos frente à atual situação da democracia brasileira para a sociedade e para a categoria; denunciar de forma crítica a postura da mídia frente o papel democrático. Foi combinado que essa síntese seria repassada à equipe de projeção e caso algum membro da Apaf não se sentisse contemplado, que trouxesse a redação, para complementar essa síntese, que voltará a ser apreciada logo após o ponto da campanha. **8. CAMPANHA PSICOLOGIA EM DEFESA DA DEMOCRACIA E SEGURIDADE SOCIAL:** Participaram do ponto: CRP-01/DF: Vanuza Célia Sales, Vitor Barros Rego. CRP-02/PE: Marcos Mucarbel Junior, Severino Ramos Lima De Souza. CRP-03/BA: Alessandra Santos de Almeida, Mailson Santos Pereira, Glória Maria Machado Pimentel. CRP-04/MG: Cláudia Natividade, Dalcira Pereira Ferrão, Érica Andrade Rocha. CRP-05/RJ: Diva Lúcia Gautério Conde, Roseli Goffman, Thiago Benedito Livramento Melício. CRP-06/SP: Aristeu Bertelli Da Silva, Rodrigo Toledo, Magna Barboza Damasceno. CRP-07/RS: Fernanda Facchin Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto Rodrigues. CRP-08/PR: Carolina De Souza Walger De Almeida, Célia Regina Cortellete, Semiramis Maria Amorim Vedevatto. CRP-09/GO: Murillo Rodrigues Dos Santos, Mayk Diego Gomes Da Glória Machado. CRP-10/PA/AP: Luiz Romano Da Motta Araujo Neto, Carla Isadora Barbosa Canto. CRP-11/CE: Diego Mendonça Viana, Talita Saldanha Da Silva. CRP-12/SC: Jaira Terezinha Da Silva Rodrigues, Anderson Luis Schuck, Helena Berton Eidt. CRP-13/PB: Iva Izabel Cavalcanti Da Silva Barros, Lucílvio Eleutério Da Silva. CRP-14/MS: Irma Macario, Glace Do Carmo Freitas Siqueira. CRP-15/AL: José Félix Vilanova Barros, Laeuza Lúcia Da Silva Farias. CRP-16/ES: Sharla Provietti Bitencourt, Diemerson Saquetto. CRP-17/RN: Cintia Regina Gallo. CRP-18/MT: Morgana Moreira Moura. CRP-19/SE:

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

Alan Santana Santos. CRP-20/ AM/AC/RR/RO: Gibson Alves Dos Santos, Clorijava De Oliveira Santiago Junior. CRP-21/PI: José Augusto Santos Ribeiro. CRP-22/MA: Railson De Oliveira Rodrigues. CRP-23/TO: Muriel Corrêa Neves Rodrigues. CFP: Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Pedro Paulo Bicalho. Pedro Paulo Bicalho (CFP) lembrou que na Apaf anterior ficou definido que o CFP deveria apresentar uma proposta de campanha e plano de ação com o tema: Psicologia em Defesa da Democracia e Seguridade Social. Assim, a equipe da Assessoria de Comunicação do CFP foi convidada a compor a mesa, para apresentação do ponto. A equipe do CFP informou que a campanha tem o objetivo de mostrar o que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem a contribuir para o debate sobre o respeito às liberdades individuais e pela garantia dos direitos constitucionais à saúde, previdência e assistência social, denunciando os riscos das propostas em tramitação nos poderes executivo e legislativo, que representam retrocessos a essas conquistas históricas. Afirmou que a campanha tem como publico a categoria e o restante da sociedade e deve integrar todo o Sistema Conselhos e envolver outras instituições e entidades da sociedade civil. A equipe do CFP lembrou que foi construído um texto base para subsidiar a campanha, que foi encaminhado a todos os CRPs na remessa da Apaf. Foi explicado que não há por enquanto uma identidade visual para a campanha, porque a ideia é que isso seja construído coletivamente, com contribuição dos CRPs. Explicou que o plano de ação prevê atividades presenciais com psicólogos, para que possam vivenciar um pouco do que o debate está trazendo. Para tanto, é preciso definir uma agenda compartilhada de ações, com lançamento nacional, a partir de uma ação simultânea de todos os CRPs. Entre as atividades sugeridas estão rodas de conversa digitais, com transmissão por diversos CRPs, pois não é preciso trazer os debatedores à Brasília e há grande alcance, além de ficar gravado para outros usos. Foram pensadas também sessões de cinema que ajudem a refletir sobre a temática com roda de conversa em seguida, entre os filmes pensados, foi sugerido "Eu, Daniel Blake". A equipe do CFP destacou que é importante envolver profissionais e estudantes na temática para mostrar que esse debate não tem a ver com defesas político-partidárias, mas fazem parte do trabalho do psicólogo porque se refere a situações que geram sofrimento e, portanto, compõem objeto de cuidado da Psicologia. Entre as ações, há também a proposta de entrevistas e depoimentos em vídeo sobre o papel da Psicologia nas políticas públicas; vídeos de pequenos depoimentos de trabalhadores sobre a reforma da previdência, por exemplo, que mostrem a diversidade da população brasileira; animações sobre o assunto

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

seguindo o modelo da Série Drogas e Cidadania: convite a psicólogos para a redação de artigos e oferecimento a veículos de imprensa tradicionais e alternativos, nacionais e regionais; publicação de notas. Foi informado que a Revista Psicologia Ciência e Profissão terá um número especial sobre Psicologia e Democracia, o que já é parte da campanha. Abertas as inscrições, Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) afirmou que a defesa da democracia cabe a qualquer psicólogo, mas pediu atenção à forma como a campanha pode ser traduzida para a categoria, para evitar as denúncias de que o Sistema Conselhos age com partidarismo. Sugeriu que a campanha enfatize a defesa intransigente da Constituição Cidadã, o combate à corrupção por meio de mecanismos de auditoria e transparência, e que haja a defesa do direito de liberdade de expressão e de manifestação, assim como o direito de ir e vir e da diversidade de formas de pensamento político. Sugeriu que se aborde: a defesa de melhor auditoria do sistema eleitoral; o fim da indicação de magistrados por conta do Executivo para ocupar os tribunais superiores; limite de reeleições de cargos eletivos; enxugamento das verbas e incentivos dos poderes executivo, legislativo e judiciário; melhoria da participação política popular nas decisões nacionais; melhor educação jurídica e cidadã para a população, sem jargões viciados pelo partidarismo político. Luiz Romano da Motta Araujo Neto (CRP-10/PA/AP) parabenizou pela proposta feita, que busca resgatar o protagonismo da Psicologia no momento político que o país vive. Explicou que hoje o Brasil vive a disputa de dois projetos, um deles a serviço do mercado que visa aniquilar os direitos dos trabalhadores e impor a lógica da violência e repressão na solução dos conflitos sociais e humanos, o que não interessa à categoria. Afirmou que é importante ter clara a diferença desses projetos para que se tenha uma bandeira que não aceite esse projeto a serviço do mercado. Pediu para incluir no ponto de pauta anterior que o Sistema Conselhos defende eleições diretas para a superação da crise econômica e moral que o país vive. Com isso, se devolve ao povo brasileiro a escolha de que projeto de sociedade que lhe interessa. Cintia Regina Gallo (CRP-17/RN) informou que está satisfeita com a campanha, que atende vários pontos, mas sugeriu que o nome seja uma afirmação e não uma pergunta: "Democracia e Seguridade Social, a Psicologia tem muito a dizer sobre isso." Diemerson Saquetto (CRP-16/ES) lembrou que o estado do Espírito Santo passou por uma crise de segurança pública, que obrigou a população a ficar trancada dentro de casa, e que culminou em mais de 200 (duzentos) homicídios em uma semana. Agradeceu os CRPs que demonstraram apoio e destacou que a Assessoria de Comunicação do CFP ajudou muito. Afirmou que a crise democrática atinge cada

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

estado de uma maneira, com violência. Assim, sugeriu que isso apareça na campanha, de modo que cada Regional possa mostrar sua realidade para integrar a campanha nacional. Irma Macario (CRP-14/MS) afirmou que a proposta é positiva e não dá para se furtar dessa discussão. Informou que em Mato Grosso do Sul, o CRP já tem trabalhado essa pauta, com um programa mensal que tem discutido filmes, com debates, no último sábado do mês. Afirmou que também há uma parceria com a Universidade Federal, nomeada Fronteiras do Pensamento Democrático, para realizar ciclos de debates com temas que interessam à sociedade e à Psicologia. Acrescentou que o CRP tem dialogado com a OAB – Conselho Regional da Ordem dos Advogados do Brasil está pensando nos mecanismos de combate à tortura. Pediu para que na campanha se exponha que os governos municipais e estaduais têm feito leis que não interessam à sociedade, que são leis autoritárias. José Félix Vilanova Barros (CRP-15/AL) falou da queixa da categoria e pediu para todos pensarem se o que o Sistema Conselhos está falando reflete de fato o que a categoria pensa. Ressaltou que na Apaf se fala muito em democracia, mas em uma Apaf anterior se sugeriu fazer uma consulta pública à categoria e a proposta foi vetada. Perguntou se é esse o modelo de democracia que se quer. Afirmou que é o momento para discutir como resgatar a participação de psicólogos nos mecanismos do Sistema Conselhos de Psicologia, e citou como exemplo a baixa participação dos psicólogos nos Coreps – Congressos Regionais de Psicologia e CNPs – Congressos Nacionais de Psicologia. Informou que o Sistema Conselhos de Psicologia participa dos mecanismos de controle social nas capitais, mas não nos interiores. Sugeriu que na campanha se aborde a questão do idoso, que é aquele que mais está sendo atingido por esse contexto, para refletir que condições de vida se quer para esse segmento da população. Ressaltou que o Sistema Conselhos de Psicologia também não dá atenção aos deficientes físicos. Pediu atenção também para o atestado psicológico, que não tem validade, e perícia de saúde. Afirmou que está oficializado o ato médico, pois é apenas o atesado médico que serve para emitir licença no INSS – Instituto Nacional de Seguro Social. Carolina de Souza Walger de Almeida (CRP-08/PR) elogiou a proposta, e explicou que o público em Curitiba é diverso, havendo uma parcela muito conservadora, por isso, é positiva a ideia de flexibilizar para que cada CRP consiga dialogar com a realidade de seu estado. Explicou que o CRP já percebeu que quando ele toca no profissional que atua em políticas públicas, por exemplo, e este por sua vez entende que o cenário impacta no seu próprio trabalho, ele adere à campanha, caso contrário, não. Assim, sugeriu que sejam incluídos os temas de

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

reforma trabalhista e reforma da previdência, pois tem a ver com o trabalho do psicólogo, focando na democracia e tomando muito cuidado com as questões partidárias, pois dependendo da forma como o assunto será abordado, o CRP-08/PR poderá receber muitas críticas. Perguntou se o CFP chegou a pensar nos valores para a campanha. Neste momento, Cláudia Natividade (CRP-04/MG) se retirou da Mesa Diretora em virtude de horário de vôo e foi substituída por Carolina de Souza Walger de Almeida (CRP-08/PR). Mariane Teixeira Netto Rodrigues (CRP-07/RS) propôs que se mantenha a autonomia dos CRPs na campanha, pois muitos já estão com os seus planejamentos estratégicos em curso, e que a campanha adote materiais de acessibilidade. Rodrigo Toledo (CRP-06/SP) destacou a importância da campanha, e pediu para, pensando na seguridade social, abordar o quanto as populações negra e LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) já são historicamente privadas do acesso às políticas públicas e direitos sociais. Érica Andrade Rocha (CRP-04/MG) pediu para contemplar a pauta da assistência, especialmente num ano de conferências. Informou que o CRP-04/MG tem feito o Cine Diversidades e sugeriu ampliar esse debate sobre as questões de gênero para a sociedade. Roseli Goffman (CRP-05) lembrou que dia 25 (vinte e cinco) de outubro é o dia da democracia, e isso pode ser trabalhado, mas é preciso ter ações antes disso. Pediu revisão do nome da campanha, para que seja um título que desperte interesse naqueles que não entendem no primeiro momento do que se trata a campanha, para gerar curiosidade de querer saber do que o Sistema Conselhos de Psicologia está falando. Elogiou a lembrança à Série Drogas e Cidadania, que é ótima, mas afirmou que os vídeos são muito longos. Explicou que há vídeos do CFP que podem ser úteis, no entanto talvez não se apliquem ao contexto de alguns estados, por exemplo, o filme mencionado pelo CRP-14/MS é uma ação de cunho local e não nacional. Propôs a criação de um GT que trabalhe na constituição de um portal que reúna campanhas e ações junto à categoria. Esse GT trabalharia a partir das possibilidades objetivas da Conta Divulgação, analisando demandas e proposições do Sistema, indo ao encontro da luta pela democratização das comunicações. Acrescentou que esse GT viria somar no projeto de comunicação do CFP e contaria com alguns CRPs que já têm dialogado sobre o assunto: CRPs 03/BA, 04/MG, 05/RJ, 06/SP, 12/SC e 20/AM/AC/RO/RR. Destacou que ultimamente os debates online do CFP, apesar de terem ótimos temas e debatedores, têm contado com públicos pequenos, de cem pessoas aproximadamente, sendo que costumava atingir o público de mais de mil pessoas, na gestão da qual fez parte do CFP.

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

Mailson Santos Pereira (CRP-03/BA) explicou que a campanha terá ações desenvolvidas pelo CFP e ações desenvolvidas pelos CRPs e que isso não irá interferir na autonomia dos CRPs. Solicitou que a campanha referende o espaço que o CFP participou: Frente Nacional do SUAS em defesa da Seguridade Social, lembrando que o lançamento da Frente se deu no CFP em junho de 2016 (dois mil e dezesseis). Pediu para visibilizar a inserção da categoria nos espaços de controle social nas políticas públicas. Sugeriu que o cine debate seja interiorizado, ou seja, que não aconteça na sede dos CRPs, de modo que os CRPs devam ir até os psicólogos nos estados. Diego Mendonça Viana (CRP-11/CE) afirmou que o título 'democracia e seguridade social 'não atende a todos os temas que devem ser trabalhados. Sugeriu o tema: 'democracia, direitos sociais e seguridade social'. Indicou também que se trabalhe com infográficos animados, que mostrem os impactos dos projetos de lei em vídeos curtos, pois isso tem tido boa aceitação da categoria. Sugeriu intersetorialidade, ou seja, a união do discurso com outras categorias para ganhar força e lembrou que essa campanha não será consenso na categoria. Pediu para que seja enfatizado o que o Sistema Conselhos entende por democracia, ou seja, reforçar que são necessários mais plebiscitos e referendos, eleições diretas já, explicando se é democracia participativa e de que ordem, se é pelo reforço de controle social, por exemplo, pela defesa dos direitos humanos e contrária aos retrocessos dos direitos sociais que o país está vivenciando, de modo que fique claro de que democracia está se falando. Pediu eventos que caibam nas possibilidades dos CRPs realizarem. Rogério Giannini (CFP) resgatou que a seguridade social abarca saúde, assistência, previdência e inclui grandes políticas, como segurança pública, por exemplo. Lembrou que a campanha não é do CFP, é da Apaf, e, portanto, deve ser articulada com os CRPs. Sugeriu que as produções dos CRPs sejam disponibilizadas na campanha, mas com uma identidade visual nacional que ajude a mostrar que todos estão falando na mesma linha. Sobre o ponto anterior, de análise de conjuntura, destacou que na Apaf de dezembro o assunto foi discutido com base na situação política do país, e se focou na seguridade social, porque é o ponto de partida que tem grande interface com a Psicologia e ficou claro como o enfraquecimento da democracia impacta no contexto do exercício da Psicologia. Informou que nesta semana foi juntado um novo dado, pois há uma encruzilhada, que é caminhar para o arbítrio ou aproveitar esse momento histórico para avançar na democracia, no caminho da participação e da paz social. Assim, concluiu que essa campanha deve se articular com um manifesto que saia da Apaf hoje em defesa da democracia. Explicou que ao longo da

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

Conselho Federal de Psicologia

campanha será possível produzir argumentos para mostrar porque a Apaf se posiciona dessa forma, pela democracia e paz social. Glória Maria Machado Pimentel (CRP-03/BA) informou que se sente contemplada pelas colocações do CRP-22/MA e do CRP-11/CE, e destacou o décimo parágrafo do texto da Frente Nacional de Seguridade Social, que pode ser utilizado na campanha, com atualização do marco temporal de 1990 (mil novecentos e noventa) para 2017 (dois mil e dezessete): "(...) em 1999 e 2000 os psicólogos seguiam engajados nesta luta e nesse período assumimos o Conselho Federal de Psicologia instituindo entidades para as produções teóricas, críticas, independentes, por meio de pesquisas com dimensão social de forma a ressignificar a nossa atuação profissional na sociedade, assim como formando redes nacionais e latino-americanas e internacionais para repensar a Psicologia e seus compromissos políticos, éticos e sociais...". Afirmou que com isso a categoria pode entender a importância dessas frentes. Afirmou que é difícil a articulação para a criação de frentes regionais de seguridade social e que é preciso começar para que o psicólogo possa estar mais articulado com os mecanismos de controle social. Pedro Paulo Bicalho (CFP) parabenizou todos que contribuíram para a construção do projeto e principalmente à Apaf pelo fato de ser uma campanha nacional articulada, com respeito à autonomia dos CRPs e fez votos para que seja a primeira de várias campanhas conjuntas. Alessandra Santos de Almeida (CRP-03/BA) informou que a análise da conjuntura mostra um processo de *financeirização* do capital transnacional que chega em países cuja democracia periférica é sustentada por desigualdades brutais de gênero, de raça. Afirmou que há um problema de soberania nacional e isso pode ser visto, por exemplo, quando há um marco dentro de uma política brasileira que é referendado por um conceito estadunidense do que é ser criança. Lembrou que isso vem junto com a *reevangelização* e readequação do pacto colonial. Por isso, sugeriu que na campanha insista na descolonização e se utilize produções nacionais e regionais que tratem da realidade do país. Sugeriu que parte da campanha seja de convocar os psicólogos para ir às ruas, estando nos espaços de pressão que os sindicatos e outras entidades estão. Afirmou que as notas, vídeos e chamadas à categoria são importantes, mas é essencial ocupar as ruas. Pediu cuidado com a linguagem utilizada na campanha para que seja possível descobrir porque o Sistema Conselhos de Psicologia não consegue alcançar a categoria, fala e muitas vezes não é compreendido. Sugeriu que haja vídeos e outras mídias do Sistema Conselhos de Psicologia tenha sotaques baianos, pernambucanos, para agregar nos materiais da campanha. Sugeriu também diálogo com grupos que têm

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

feito novas formas de comunicação, como o Mídia Étnica, como grupos artísticos e de comunicação e mídia que são militantes. Severino Ramos Lima de Souza (CRP-02/PE) parabenizou pela organização da campanha e reforçou que a campanha pode cumprir dois objetivos, sendo um deles o de cuidar internamente dos dispositivos democráticos do Sistema Conselhos de Psicologia. Afirmou que a própria campanha já é um dispositivo de democracia, pois provoca discussões, reflexões e debates. Destacou que é urgente se posicionar como categoria de psicólogos, pois há um papel histórico. Explicou que não há como ter uma prática psicológica comprometida com a produção de subjetividade sem levar em consideração a análise de conjuntura, porque os projetos sociais, políticos e econômicos do país incidem diretamente nas possibilidades de subjetivação. Railson de Oliveira Rodrigues (CRP-22/MA) perguntou sobre o financiamento da campanha, uma vez que na apresentação não foi colocada uma previsão de quanto irá se gastar. Mayk Diego Gomes da Glória Machado (CRP-09/GO) perguntou à Delegada Roseli Goffman (CRP-05/RJ), que fez uma proposta de criação de um grupo de trabalho, quais foram os critérios para a indicação dos CRPs a comporem o grupo, e destacou que o CRP-09/GO tem interesse de participar, se for de fato criado. A Mesa Diretora lembrou que a criação de Grupos de Trabalho deve ser pautada para a Apaf com materiais de subsídio para que todos os CRPs possam tomar conhecimento e chegarem na Apaf com condições de se posicionar a respeito, como é o caso do GT de Eleições e do CNP que estão na pauta desta Apaf. Assim, sugeriu que e a indicação do GT mencionada possa ser feita na próxima Apaf de forma mais estruturada. A equipe do CFP informou que as sugestões serão agregadas para a campanha e afirmou que os vários subtemas podem ser trabalhados, como segurança, trabalho, liberdade de manifestação, dificuldades dos idosos, pessoas com deficiência, população em situação de rua, população LGBTTT, população negra, e outros, sempre que houver oportunidade de produção de *cards* que permitam mostrar a relação disso com a ruptura da democracia e questões de seguridade social. Sobre a intersetorialidade, já está contemplada no ponto das parcerias. Não estão definidos os interlocutores importantes por enquanto, mas já há o projeto de fazer parcerias e os CRPs podem contribuir indicando os futuros parceiros. Ressaltou que a campanha é do Sistema Conselhos, de modo que cada CRP faça ações relacionadas ao tema. Exemplificou que no último 18 (dezoito) de maio, o CFP trabalhou a semana nacional de luta antimanicomial e divulgou uma agenda do Sistema Conselhos de Psicologia e não só do CFP e tudo foi feito de forma colaborativa. A ideia é adotar esse padrão na campanha de

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

Conselho Federal de Psicologia

seguridade social. Reiterou que os CRPs não são obrigados a cumprir uma atividade especificamente, cada um tem seu planejamento estratégico, e devem aproveitar suas ações para incluir essa temática e sempre avisar o CFP, para que possa divulgar as ações e que outros CRPs também possam aproveitar a ideia. Sobre acessibilidade, informou que o CFP já está adotando isso o quanto é possível nas campanhas. Sobre o nome da campanha, esclareceu que o tema é uma pergunta provocativa, mas será trabalhado com a agência de publicidade, para se alcançar algo mais agradável. Sobre o aspecto financeiro, esclareceu que o CFP fará a identidade visual dos materiais gráficos para compartilhar com os CRPs, mas a impressão dos cartazes não pode ser feita pelo CFP. Em relação às conferências, afirmou que elas devem ser contempladas na campanha. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) como relatora da Mesa Diretora, sugeriu que a campanha seja financiada pela Conta Divulgação, pois é uma ação integrada. Para operacionalização da campanha, sugeriu eleger um Grupo de Trabalho com um CRP por região para organização do conjunto de contribuições em um calendário. Outro encaminhamento seria a construção de uma minuta de manifesto para ser disparador da campanha considerando o conjunto de falas da Apaf. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) informou que o CRP-05/RJ retira a proposta de compor GT e se compromete a cumprir os ritos da Apaf, como foi explicado pela Mesa Diretora. Mayk Diego Gomes da Glória Machado (CRP-09/GO) sugeriu que a impressão do material de divulgação não fique a cargo dos CRPs, mas sim da Conta Divulgação. A Mesa Diretora consultou se todos concordam que o financiamento seja via Conta Divulgação e não houve manifestações contrárias. Rogério Giannini (CFP) lembrou que na reunião de presidentes houve o indicativo de produção de um manifesto da Apaf em defesa da democracia. E na Apaf surgiu o encaminhamento de que esse manifesto aborde a necessidade de eleições diretas já. Perguntou como encaminhar o manifesto. A delegação do CRP-05/RJ comunicou que sairá em alguns minutos. A Mesa Diretora sugeriu que a Apaf continue até que haja quórum para tanto. Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) informou que o CRP concorda com a construção do manifesto desde que se respeite o dispositivo constitucional. Explicou que nem CFP nem CRPs podem se manifestar em desfavor da lei. Lembrou que, de acordo com o Artigo 81 (oitenta e um) da Constituição, no momento vivido não faz sentido pedir eleições diretas. Afirmou que a defesa da democracia passa pela defesa da Constituição. Morgana Moreira Moura (CRP-18/MT) informou que se pode pensar no reordenamento do eixo da campanha, de seguridade social, porque se fala do desmonte das políticas

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

públicas, mas sempre pensando na democracia, evidenciando que o Sistema Conselhos de Psicologia tem um posicionamento de pedir eleições diretas já. Luiz Romano da Motta Araujo Neto (CRP-10/PA/AP) sugeriu que a proposta de constituição do GT seja mantida, pois ele tem o objetivo de organizar a campanha e não dá para aguardar até dezembro. Sugeriu que a campanha mostre que o povo é o único legítimo para decidir a direção que o país deverá seguir. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) explicou que havendo um GT, pelo regimento da Apaf, este poderá realizar alguma ação apenas se for aprovado pela Apaf. Assim, sugeriu que as propostas registradas possam ser compiladas pelo CFP e em seguida que o CFP remeta aos CRPs, para que verifiquem se estão contemplados. Pela urgência da pauta, sugeriu que a operacionalização possa ser feita diretamente pelo CFP. Após consultado pela Mesa Diretora, Luiz Romano da Motta Araujo Neto (CRP-10/PA/AP) retirou a proposta de criação de GT. Mailson Santos Pereira (CRP-03/BA) sugeriu que o CFP conduza os trabalhos, mas que realize reunião telefônica com os CRPs a respeito do tema. Lembrou que é necessário ver as propostas do ponto anterior de análise de conjuntura. Em regime de votação, a Mesa Diretora consultou sobre a construção do manifesto. Houve 43 (quarenta e três) votos favoráveis e uma abstenção. Rogério Giannini (CFP) perguntou se o manifesto deve ser em defesa da democracia e pedindo eleições gerais, para evitar que o teor do manifesto volte a ser discutido posteriormente. Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) esclareceu que há uma PEC – Projeto de Emenda Constitucional que defende as eleições diretas, mas pela constituição, isso não é cabível. Assim, indicou que é importante pesquisar a PEC, caso haja a defesa das eleições diretas já no manifesto. A Mesa Diretora consultou sobre voluntários para construírem o texto do manifesto e os interessados se reuniram para a produção do documento e apresentação ainda nesta Apaf. Em regime de votação, foi aprovado com 37 (trinta e sete) votos favoráveis e uma abstenção, o financiamento da campanha pela Conta Divulgação. Também foi aprovado com 38 (trinta e oito) votos, a coordenação da campanha pelo CFP, com a participação dos CRPs via reunião telefônica. Em seguida foram projetados os itens sistematizados no ponto anterior: '7. ANÁLISE DA CONJUNTURA ATUAL', os quais foram corrigidos para incluir os dez pontos indicados pelo CRP-09/GO e para melhorar questões semânticas. Os itens foram aprovados em bloco por 34 (trinta e quatro) votos. Não foram registrados votos contrários nem abstenções. **9. GTs. 9.1 GT DE REVISÃO DA POLÍTICA ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA:** A delegação do CRP-17/RN registrou

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

sua saída neste momento. Participaram do ponto as seguintes delegações: CRP-01/DF: Vanuza Célia Sales, Vitor Barros Rego. CRP-02/PE: José Hermes de Azevedo Júnior, Severino Ramos Lima de Souza. CRP-03/BA: Alessandra Santos de Almeida, Mailson Santos Pereira, Glória Maria Machado Pimentel. CRP-04/MG: Madalena Luiz Tolentino, Érica Andrade Rocha. CRP-05/RJ: Rodrigo Acioli Moura. CRP-06/SP: Aristeu Bertelli da Silva, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Rodrigo Toledo. CRP-07/RS: Fernanda Facchin Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto Rodrigues. CRP-08/PR: Carolina de Souza Walger de Almeida, Célia Regina Cortellete, Semiramis Maria Amorim Vedevatto. CRP-09/GO: Murillo Rodrigues dos Santos, Mayk Diego Gomes da Glória Machado. CRP-10/PA/AP: Carla Isadora Barbosa Canto. CRP-11/CE: Diego Mendonça Viana, Talita Saldanha da Silva. CRP-12/SC: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Anderson Luis Schuck, Helena Berton Eidt. CRP-13/PB: Iva Izabel Cavalcanti da Silva Barros, Lucílvio Eleutério da Silva. Foi sinalizado que esta delegação do CRP-13/PB sairá dentro de minutos. CRP-14/MS: Irma Macario, Romulo Said Monteiro. CRP-15/AL: José Félix Vilanova Barros, Laeuza Lúcia da Silva Farias. CRP-16/ES: ausente. CRP-17/RN: ausente. CRP-18/MT: Morgana Moreira Moura. CRP-19/SE: Alan Santana Santos. CRP-20/ AM/AC/RR/RO: Clorijava de Oliveira Santiago Junior, Maria das Graças Mendonça Sales. CRP-21/PI: José Augusto Santos Ribeiro. CRP-22/MA: ausente. CRP-23/TO: Hudson Eygo Soares Mota. CFP: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Pedro Paulo Bicalho, Clarissa Paranhos Guedes. Clarissa Paranhos Guedes (CFP) informou que esse GT trabalha intensamente desde 2011 (dois mil e onze), de modo que já houve várias reuniões telefônicas e várias discussões em Apaf. Informou que a minuta de resolução da política orientação e fiscalização - POF foi aprovada na Apaf de maio de 2016 (dois mil e dezesseis) e posteriormente houve uma ressalva de um entendimento jurídico de que conselheiros e colaboradores não poderiam ser considerados agentes de fiscalização. Entretanto, vários CRPs e a Assessoria Jurídica atual do CFP discordam dessa ressalva. Assim, o GT se reuniu novamente em março de 2017 (dois mil e dezessete) e chegou à conclusão que a resolução pode ser aprovada como estava. Assim, o GT sugere a aprovação da resolução como estava. Informou que o GT já aprovou uma proposta de trabalho para rever a resolução CFP nº 006/2007 (seis de dois mil e sete), o CPD – Código de Processamento Disciplinar, e a Resolução CFP nº 003/2007 (três de dois mil e sete), de consolidação. Explicou que ao se aprovar a resolução da POF se resolvem dois pontos que estão nesta pauta da Apaf e ainda serão contemplados outros dois pontos, para que sejam mais bem

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

apresentados na Apaf de dezembro. Destacou que a POF foi aprovada, só não foi publicada. Abertas as inscrições, Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) parabenizou pelo trabalho desse GT por fazer um dos trabalhos mais árduos do Sistema Conselhos de Psicologia, que diz respeito à orientação da prática profissional. Citou dois artigos do Código de Ética: "Art. 1º – São deveres fundamentais dos psicólogos: c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional; e Art. 2º – Ao psicólogo é vedado: f) Prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento psicológico cujos procedimentos, técnicas e meios não estejam regulamentados ou reconhecidos pela profissão;". Informou que tem havido a proliferação de várias práticas da Psicologia no Brasil como o C*oaching*, a Constelação Familiar, entre outras, e quando se pergunta ao CFP a respeito, a resposta é que isso deve ser decidido pela academia. Informou que não entende dessa forma, pois de acordo com o Código de Ética, para uma técnica ser utilizada por um psicólogo, ela deve estar regulamentada e reconhecida não só na ciência, mas também na legislação profissional. Lembrou que a única legislação que que o CFP tem nesse sentido de reconhecer uma técnica é a Resolução CFP nº 013/2000 (treze de dois mil), relativa à hipnose. Afirmou que é necessário estabelecer consolidação de resoluções sobre técnicas profissionais reconhecidas. Explicou que a ausência de regulamentação permite que o campo de trabalho de psicólogos seja ocupado por outros profissionais que muitas vezes usam técnicas que possuem boa fundamentação teórica para psicólogos, mas que são adotadas como simples aparato mercadológico por outros profissionais. Guilherme Rodrigues Raggi Pereira (CRP -06/SP) informou compreender o entendimento do CRP-09/GO, mas acredita que não invalida a aprovação da POF neste momento e informou que a preocupação colocada é compartilhada pelo CRP-06/SP e deve ser objeto de reflexão. Anderson Luis Schuck, Ematuir Teles de Sousa (CRP-12/SC) informou que as questões apontadas pelo CRP-09/GO são tratadas nas reuniões de COEs – Comissões de Orientação e Ética e COFs – Comissões de Orientação e Fiscalização. Falou da grandeza que o coletivo conseguiu construir com as políticas de mediação. Lembrou que o questionamento que invalidou a resolução foi justamente sobre a possibilidade de os conselheiros poderem exercer o papel precípuo de orientar e fiscalizar a profissão. Ressaltou que no papel de conselheiros, os psicólogos são obrigados a seguirem normas de rigor, de imparcialidade, de condições

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

dignas para o exercício profissional. Reforçou que a resolução mostra que os exercícios de orientação e fiscalização são posicionados nos princípios fundamentais do Código de Ética: de igualdade, de defesa dos direitos humanos, de considerar as relações de poder e não apenas em princípios tecnicistas. Sugeriu aprovação da resolução. Clarissa Paranhos Guedes (CFP) lembrou que é preciso apreciar a continuidade do GT para rever o CPD, e a consolidação de resoluções, e também para incluir a discussão que o CRP-09/GO colocou. Em regime de votação, foram aprovados em bloco os seguintes encaminhamentos, por 43 (quarenta e três) votos: Manter a aprovação da POF, conforme aprovação na APAF de maio de 2016, e realizar a publicação da resolução. Aprovada a continuidade do GT que estará trabalhando na revisão da Resolução 006/2007 (Código de Procesamento Disciplinar) e da Resolução 003/2007 (Consolidação das Resoluções). O GT deverá trabalhar na criação de um conjunto de resoluções referentes às técnicas profissionais não reconhecidas. Mariane Teixeira Netto Rodrigues (CRP-08/PR) sugeriu a antecipação de um ponto de pauta que é administrativo e rápido: criação do Comitê de TI (técnicos de informática). Morgana Moreira Moura (CRP-18/MT) solicitou que o ponto de pauta da CIP (Carteira de Identidade Profissional), que se relaciona com o ponto colocado pelo CRP-08/PR também seja priorizado, pois é preciso ter orçamento para realizar as ações dele. Ela informou que a delegação do CRP-18/MT iria se retirar em alguns minutos. Mailson Santos Pereira (CRP-03/BA) pediu questão de ordem para lembrar que a pauta já foi definida no dia anterior. **10. COACHING:** As delegações do ponto anterior se mantiveram e não foram novamente conferidas. Guilherme Rodrigues Raggi Pereira (CRP-06/SP) informou que o CFP publicou uma nota em 2016 (dois mil e dezesseis) com posicionamento contrário à prática do *Coaching* por psicólogos e que o CRP chegou a enviar uma comunicação no intuito de rever o documento. Assim, sugeriu que a Apaf operacionalize algum encaminhamento para revisão desse posicionamento sobre o uso do *Coaching* por psicólogos. Afirmou que em São Paulo se entende que o *Coaching* deriva do conhecimento psicológico e pode ser qualificado para uso de psicólogos. Rodrigo Acioli Moura (CRP-05/RJ) esclareceu que a nota foi relacionada ao esporte, para que profissionais do esporte evitassem misturar o conceito de outras profissões com o de psicólogos. Mas há o uso da prática de *Coaching* em outros contextos. Concordou que há necessidade de um estudo mais aprofundado a respeito do assunto, pois é uma ferramenta e não uma profissão. Neste momento foram registradas as saídas das delegações dos CRPs 04/MG, 09/GO, 13/PB e 14/MT. No momento da

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

saída, os CRPs 09/GO e 13/PB informaram que têm interesse em acompanhar as discussões sobre *Coaching*, caso haja algum encaminhamento. Mariane Teixeira Netto Rodrigues (CRP-07/RS) sugeriu que essa discussão seja feita pelo GT de POF, já aprovado em ponto anterior, incluindo os CRPs que manifestaram interesse em acompanhar a discussão sobre o *Coaching*. Diego Mendonça Viana (CRP-11/CE) informou que o CRP está concluindo um parecer sobre práticas alternativas e complementares que pode ajudar no debate, assim, ofereceu o documento para auxílio nesse trabalho, bem como participação do CRP-11/CE no caso de criação de um GT, para trazer uma discussão qualificada na Apaf de dezembro. Alan Santana Santos (CRP-19/SE) pediu a ampliação do GT já pensado e a subdivisão dele por temáticas, por exemplo, *Coaching* pode ser uma temática. Os CRPs 03/BA e 01/DF manifestaram interesse em participar do GT. Pedro Paulo Bicalho (CFP) sugeriu um GT específico para estudar o *Coaching*, com o papel de rever a nota e trazer uma proposta para a próxima Apaf, tendo em vista que o outro GT já está com muitas tarefas. Clarissa Paranhos Guedes (CFP) lembrou que é difícil operacionalizar o trabalho, quando o GT conta com muitos membros. Lembrou que o GT da POF irá consultar todos os CRPs. Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) informou que o CRP-12/SC enviou para a Apaf as práticas alternativas e complementares como outro ponto de pauta, assim, essa discussão irá voltar em outros momentos. Mas quando se fala de práticas alternativas e complementares, *coaching* e práticas não reconhecidas há algo em comum, que é uma política nacional que trata disso. Assim, sugeriu que neste momento se trate especificamente de Coaching, e que depois se trate dos outros pontos com a seriedade que cada tema exige, para garantir a especificidade da discussão. Alan Santana Santos (CRP-19/SE) perguntou se o GT poderia se dividir em subtemáticas. A Mesa Diretora colocou em votação duas propostas, a primeira de o GT de revisão da POF incluir a questão do *Coaching* em seu trabalho. E segunda, de criação de um novo GT específico para tratar do *Coaching*. A primeira proposta, de incluir o *Coaching* no GT que já existe recebeu 20 (vinte) votos enquanto a segunda recebeu 16 (dezesseis) votos. A delegação do CRP-08/PR se retirou neste momento. **11. MANIFESTO EM DEFESA DA DEMOCRACIA:** o manifesto, construído durante a reunião por um grupo que se voluntariou para tanto, foi lido. A delegação do CRP-19/SE se retirou neste momento. Após quatro alterações, o manifesto foi aprovado com 28 (vinte e oito) votos e uma abstenção. Foi combinado que o documento deverá ser revisado e enviado para todos os delegados / CRPs. **12. NOTA DE REPÚDIO AO DESMONTE DO PROGRAMA**

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

DE BRAÇOS ABERTOS: A nota foi lida e aprovada por aclamação. A delegação do CRP-15/AL se retirou neste momento. A assembleia foi encerrada às dezoito horas e dez minutos. Esta ata foi revisada pelo Conselheiro Secretário do CFP Pedro Paulo Gastalho de Bicalho. Nada mais havendo a tratar, a referida ata foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br